

Ofício – IDG Ambiental 24/2025

Exmo. Sr.

Carlos Felipe Quadrio Cruzick

Subsecretário Executivo

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS

Referência: Resposta ao Ofício SEAS/SUBEXE nº 956 – Processo E-07/001/443/2016

Sr. Subsecretário,

Em resposta ao Ofício SEAS/SUBEXE nº 956, o Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG envia em anexo o Relatório de Gestão, atualizado até setembro de 2025, e o Balanço Financeiro do FMA, conforme o Acordo de Cooperação nº 01/2017.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos da mais elevada estima e consideração.

ANEXO I – Relatório de Gestão FMA 2017-2025

ANEXO II – Demonstrações Financeiras 2023

ANEXO III – Demonstrações Financeiras 2024

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2025



Rogério Lessa

Gerente Geral de Projetos do Fundo da Mata Atlântica
Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG

ANEXO I



RELATÓRIO FUNDO DA MATA ATLÂNTICA

MAIO 2017 - SETEMBRO 2025

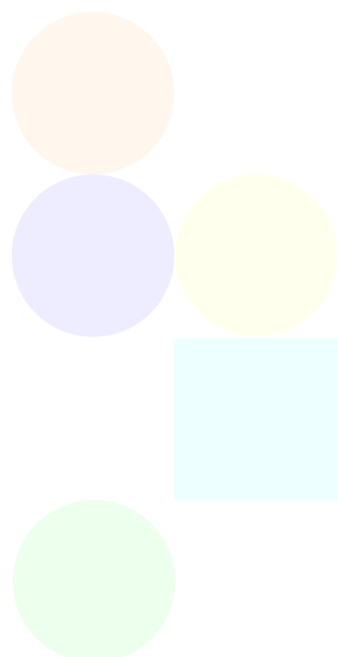
Instituto de Desenvolvimento e Gestão - IDG

Rio de Janeiro - RJ

27 de outubro de 2025

Sumário

Apresentação.....	3
FMA em Números:.....	3
Linha do Tempo.....	4
Mapa do RJ com os locais onde foram investidos recursos do FMA.....	5
Projetos Ambientais.....	7
Projetos de Obras de Infraestrutura.....	15
Projetos de Aquisições de Materiais e Equipamentos.....	19
Projetos Concluídos até maio de 2023.....	21
Projetos Concluídos a partir de maio de 2023.....	35
Projeto em Execução.....	36



Apresentação

Reconhecida como patrimônio nacional pela Constituição Federal de 1988, a Mata Atlântica passou a receber proteção específica a partir da Lei no 11.428/2006; marco regulatório que estabeleceu incentivos financeiros para restauração ecológica, disciplinou formas de exploração econômica sustentável e viabilizou doações privadas destinadas à conservação. Presente em 17 estados brasileiros, o bioma recebeu no Rio de Janeiro, em 2009, um instrumento decisivo para sua preservação: o Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro; o Fundo da Mata Atlântica (FMA). Trata-se de um instrumento de gestão ambiental criado para destinar e gerir recursos provenientes de compensações ambientais, restauração florestal, Termos de Ajustamento de Conduta, doações e outras fontes de captação.

Em 2017, por meio do **Acordo de Cooperação nº 001/2017** firmado com a Secretaria de Estado do Ambiente, o **Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG)** foi oficializado como **gestor operacional do FMA**, passando a atuar de maneira estratégica em todo o ciclo de vida dos projetos financiados pelo Fundo. O IDG realiza a interlocução institucional com a SEAS, acompanha as deliberações da Câmara de Compensação Ambiental, conduz os procedimentos de aquisição e contratação necessários à execução dos projetos, gerencia juridicamente e administrativamente os contratos e monitora o andamento físico-financeiro das iniciativas implementadas nas Unidades de Conservação vinculadas ao mecanismo.

FMA em Números:

R\$ 90,8 milhões investidos em serviços essenciais para a manutenção das UCs

R\$ 30,5 milhões investidos em obras de infraestrutura

R\$ 30,0 milhões investidos em projetos de consultoria, educação ambiental e ecoturismo

R\$ 9,8 milhões investidos em aquisição de materiais e equipamentos

R\$ 10,0 milhões investidos em projetos de restauração florestal

+40 projetos finalizados

+50 municípios atendidos

+80 fornecedores contratados

Linha do Tempo

Maio | 2007 -- Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) começam a discutir um modelo de gestão para a aplicação dos recursos de compensações ambientais.

Dezembro | 2009 -- Assinado convênio da SEAS com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) para a gestão operacional do Fundo da Mata Atlântica.

Outubro | 2013 -- ERJ aprova a Lei Estadual no 6.572, que disciplina o plano estadual a compensação ambiental devida pelo empreendedor.

Setembro | 2015 -- A Lei no 7.061 alterou e introduziu dispositivos à Lei no 6.572/2013, e em especial segregou os referidos mecanismos operacionais e financeiros, criando para tanto as figuras do gestor operacional, a ser escolhido mediante processo seletivo, dentre entidades devidamente capacitadas e identificadas com os objetivos dos projetos a serem executados, e do gestor financeiro, a ser selecionado por licitação.

Maio | 2017 -- O IDG é oficializado como diretor operacional do Fundo da Mata Atlântica, por meio do Acordo de Cooperação 001/2017, da Secretaria Estadual do Ambiente.

Setembro | 2017 -- O IDG assina o primeiro contrato como gestor operacional do FMA, no valor de R\$9 milhões, para manutenção na infraestrutura física das unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro.

Novembro | 2018 -- A carteira do FMA do IDG chega a 22 projetos, superando a marca das 99 ordens de compras.

Abril | 2022 -- O IDG comemora cinco anos de gestão operacional do Fundo da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro.

Maio | 2023 -- O IDG completa 06 anos de gestão operacional e prorroga o acordo de cooperação para continuidade do projeto "Florestas do Amanhã".

Julho | 2024 -- O IDG entrega à SEAS todos os relatórios de prestação de contas final dos projetos FMA, com exceção do Florestas do Amanhã, para emissão dos Termos de Encerramento.

Dezembro | 2024 -- O IDG alcançou a marca de R\$10 milhões realizados no projeto "Florestas do Amanhã".

Janeiro | 2025 -- O Programa Florestas do Amanhã alcança o quarto ano de execução com o IDG.

Agosto | 2025 -- Conclusão da fase de implantação do Lote 03 no Florestas do Amanhã.

Mapa do RJ com os locais onde foram investidos recursos do FMA

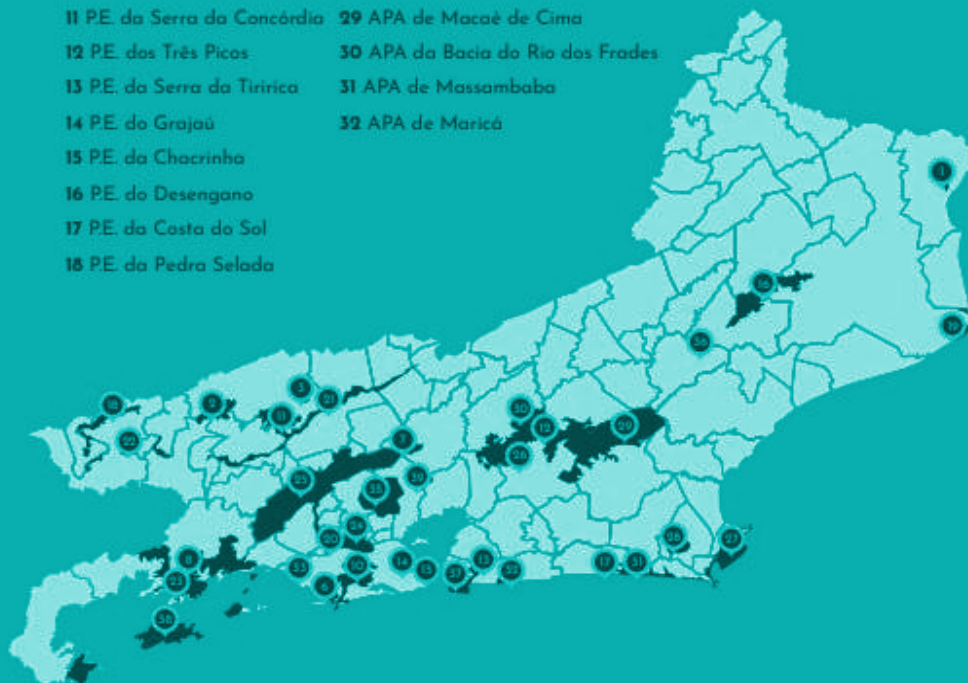
Unidades de Conservação

1. Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu
2. Área de Proteção Ambiental da Serra de Sapiatiba
3. Área de Proteção Ambiental da Serra da Estrela
4. Área de Proteção Ambiental de Gericinó-Mendanha
5. Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima
6. Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba
7. Área de Proteção Ambiental de Maricá
8. Área de Proteção Ambiental de Massambaba
9. Área de Proteção Ambiental de Sepetiba II
10. Área de Proteção Ambiental de Tamoios
11. Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu
12. Área de Proteção Ambiental do Rio Guandu
13. Área de Proteção Ambiental Pau Brasil
14. Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba
15. Floresta Estadual José Zago
16. Monumento Natural da Serra da Beleza
17. Monumento Natural da Serra dos Mascates
18. Parque Estadual Cunhambebe
19. Parque Estadual da Chacrinha
20. Parque Estadual da Costa do Sol
21. Parque Estadual da Ilha Grande
22. Parque Estadual da Lagoa do Açu
23. Parque Estadual da Pedra Branca
24. Parque Estadual da Pedra Selada
25. Parque Estadual da Serra da Tiririca
26. Parque Estadual da Serra da Concórdia
27. Parque Estadual do Desengano
28. Parque Estadual do Grajaú
29. Parque Estadual do Mendanha
30. Parque Estadual dos Três Picos
31. Refúgio da Vida Silvestre Lagoa da Turfeira
32. Refúgio da Vida Silvestre Médio Paraíba
33. Reserva Biológica de Araras
34. Reserva Biológica de Guaratiba
35. Reserva Biológica Praia do Sul
36. Reserva Ecológica Estadual da Juatinga
37. Reserva Extrativista Marinha de Itaipu
38. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro

39. Refúgio de Vida Silvestre da Serra da Estrela

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs)

- | | | |
|------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| 1 EEE de Guaxindiba | 19 PE. da Lagoa da Açú | 33 APA de Sepetiba II |
| 2 MONA Serra da Beleza | 20 PE. do Mendanha | 34 APA de Tamoios |
| 3 MONA Serra da Canastra | 21 REVIS Médio Paraíba | 35 APA do Alto Iguaçu |
| 4 RE da Juatinga | 22 REVIS Lagoa da Turfeira | 36 Floresta Estadual José Zago |
| 5 REBIO da Praia do Sul | 23 APA de Mangaratiba | 37 RESEX Marinha de Itaipu |
| 6 REBIO de Guaratiba | 24 APA de Gericinó-Mendanha | 38 RDS do Aventureiro |
| 7 REBIO de Araras | 25 APA do Rio Guandu | 39 REVIS Serra da Estrela |
| 8 PE. da Ilha Grande | 26 APA da Bacia do Rio Macacu | |
| 9 PE. Cunhambebe | 27 APA do Pau-Brasil | |
| 10 PE. da Pedra Branca | 28 APA da Serra de Sapituba | |
| 11 PE. da Serra da Concórdia | 29 APA de Macaê de Cima | |
| 12 PE. dos Três Picos | 30 APA da Bacia do Rio dos Frades | |
| 13 PE. da Serra da Tiririca | 31 APA de Massambaba | |
| 14 PE. do Grajaú | 32 APA de Maricá | |
| 15 PE. da Chacrinha | | |
| 16 PE. do Desengano | | |
| 17 PE. da Costa do Sol | | |
| 18 PE. da Pedra Selada | | |



Projetos Ambientais

Projetos Concluídos

- Olho no Verde – Monitoramento e Detecção de Mudança de Cobertura Florestal;
- Monitoramento da Bacia do Rio Paraíba do Sul;
- Regularização fundiária como instrumento para fortalecer os esforços de conservação e viabilizar a sustentabilidade econômica das Unidades de Conservação Estaduais (SERF);
- Monitoramento ambiental, manejo, rotinas de auxílio à gestão, logística e acompanhamento de ações em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro;
- Fortalecimento do vínculo histórico cultural dos povos quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca;
- Controle a médio e longo prazo de animais domésticos nas comunidades inseridas nos limites ou nas zonas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro;
- Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas Unidades de Conservação;
- Programa Estadual de RPPN: áreas protegidas privadas como ferramenta imprescindível à conservação do Bioma Mata Atlântica (RPPN);
- Projeto para Fortalecimento das Unidades de Conservação do Município de Santo Antônio de Pádua;
- Elaboração de Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Paleontológico de São José de Itaboraí;
- Fortalecimento da Gestão do Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacuba;
- Projeto de Implantação e Fortalecimento do Refúgio da Vida Silvestre da Ventania;
- Projeto de Implantação e Fortalecimento das Unidades de Conservação Municipais de Mangaratiba;
- Multiplicação e reintrodução de espécies endêmicas, ameaçadas e climáticas nas Unidades de Conservação Estaduais;
- Fortalecimento do Programa de Apoio à Criação de Unidades de Conservação Municipais (ProUC);
- Conservação e higienização das áreas edificadas das Unidades de Conservação e Hortos Florestais Estaduais;
- Ambiente Jovem.

Projetos em execução

- Florestas do Amanhã – Implementando o Plano Estadual de Restauração Ecológica da Mata Atlântica na Região Hidrográfica V; Baía de Guanabara.

Com escopos e níveis de complexidade distintos, os projetos financiados pelo Fundo da Mata Atlântica abrangem desde a elaboração de planos de manejo, ações de restauração florestal e monitoramento via satélite de áreas protegidas, até programas de apoio à criação de unidades de conservação estaduais e municipais, regularização fundiária e iniciativas de educação ambiental. O FMA também financia serviços operacionais essenciais, como equipes de apoio para monitoramento, segurança e conservação nas Unidades de Conservação, além de contratações voltadas a castração, jardinagem e atendimento ao público.

Entre o portfólio de iniciativas, destaca-se o Florestas do Amanhã (FDA), maior e mais estruturante projeto atualmente em execução pelo IDG. Lançado em 2020 com o gesto simbólico do plantio da primeira muda durante a reabertura do Parque Estadual da Pedra Branca, o FDA prevê o reflorestamento de mais de 170 hectares no estado, com 560 mil mudas de espécies endêmicas da Mata Atlântica distribuídas em sete municípios da Região Hidrográfica da Baía da Guanabara (RH V). O investimento já alcança R\$ 10 milhões.

Lotes em execução:

- Lote 01 - Itaboraí/Maricá
- Lote 04 - São Gonçalo
- Lote 05 - Duque de Caxias
- Lote 07 - Cachoeira de Macacu
- Lote 08 - Nova Iguaçu
- Lote 10 - Niterói

Até setembro de 2025, esses lotes completaram três anos de execução e ingressaram no quarto e último ano do projeto — etapa final para conclusão e quitação contratual.

Lotes encerrados:

- Lote 02 - Guapimirim
- Lote 03 - São João de Meriti/Nilópolis - 51 hectares implantados

Os dois lotes acima apresentaram adversidades técnicas e operacionais que inviabilizaram a continuidade da manutenção das áreas.

Programa Estadual de RPPN: áreas protegidas privadas como ferramenta imprescindível à conservação do Bioma Mata Atlântica

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) são unidades de conservação instituídas em áreas privadas, gravadas perpetuamente, com objetivo de conservar a densidade biológica, conforme Lei Federal 9985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Enquanto instrumento de conservação, contribui para o aumento das áreas protegidas em locais estratégicos, como em ecossistemas ameaçados e zonas de amortecimento de UCs. Ao optar pela criação de uma RPPN, o proprietário rural atua como co executor da política ambiental, complementando os esforços do Estado e assumindo papel ativo nas relações socioambientais. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de conservação que combina proteção legal, responsabilidade socioambiental e engajamento civil qualificado.

No âmbito do Fundo da Mata Atlântica, as ações relacionadas ao fortalecimento do Programa Estadual de RPPNs incluem:

- Sistematização e reestruturação de dados para atualização do banco de informações gerido pelo INEA;
- Emissão de pareceres técnicos para criação, regularização e gestão de RPPNs;
- Georreferenciamento de áreas em potencial ou em processo de criação;
- Elaboração de planos de manejo e suporte técnico aos proprietários;
- Outras providências necessárias ao avanço da agenda de conservação em área privada.

Entregas realizadas pelo FMA:

- 237,137 hectares georreferenciados em áreas com potencial ou em processo de criação de RPPN;
- 11 inscrições de RPPNs no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC;
- 16 análises técnicas preliminares realizadas e 34 análises técnicas complementares de RPPN;
- 18 pareceres de vistorias técnicas para análise de criação de RPPNs;

- 29 análises prévias de áreas com potencial de criação de RPPNs;
- 24 encaminhamentos jurídicos sendo: 11 relacionados à consultas públicas para criação de RPPNs, 11 para assinaturas de termos de compromisso e publicação de portarias provisórias de RPPN e 02 para publicação de reconhecimento definitivo de RPPN;
- 4 Orientações técnicas à proprietários para elaboração de plano de manejo;
- 8 planos de manejos elaborados;
- Realização de oficina para capacitação para elaboração de plano de manejo;
- 2 relatórios de projetos de recomposição de área degradada e Alterada simplificado (PRADA) e um relatório de Projeto de Restauração Florestal;
- Apoio à gestão de RPPNs com elaboração de 18 planos de ação com estratégias para prevenção, controle e mitigação de fatores que possam causar danos às RPPNs;
- 22 pareceres e relatórios de análises técnicas de Cadastros Ambientais Rurais em RPPNs elaborados;
- 15 placas de identificação de RPPNs reconhecidas pelo INEA entregues;
- Realização do 1º seminário estadual e do 2º encontro científico de RPPNs.

O plano de manejo de uma unidade de conservação é um documento técnico que estabelece as diretrizes, objetivos, estratégias e ações necessárias para a gestão da área protegida. Ele visa garantir a conservação dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos presentes na unidade.

Os planos de manejo são elaborados por uma equipe multidisciplinar, que inclui biólogos, geógrafos, gestores ambientais, especialistas em turismo, entre outros profissionais. Durante o processo de elaboração, são definidos os zoneamentos e as normas de uso da unidade de conservação, levando em consideração os aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos da região. O documento deve contemplar medidas de proteção, manejo dos recursos naturais, monitoramento, fiscalização, educação ambiental, pesquisa científica e atividades de recreação e turismo sustentável, quando aplicável.

Para Débora Magdaleno, diretora do departamento de Preservação e Conservação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de Miracema, os recursos do FMA são fundamentais para orientar ações para a gestão e preservação do Refúgio de Vida Silvestre e a área de proteção ambiental da Serra da Ventania. "O local é

procurado para a prática de esportes, como o voo livre, ciclismo e trilha, e tem um enorme potencial turístico. Mas temos que preservar, orientar os visitantes, identificar a necessidade de melhorias estruturais. O plano de manejo é um primeiro passo."

Outra UC contemplada com recursos do FMA foi o Parque Natural Municipal Paleontológico de São José do Itaboraí, local que tem destaque internacional devido a sua importância geopaleontológica. Dentro de seus limites, foram encontrados artefatos arqueológicos, fósseis de animais e plantas que habitaram a região durante o período Cenozoico inicial, há cerca de 57 milhões de anos.

Além de seu valor científico, o parque também oferece oportunidades para atividades recreativas e educacionais através de trilhas ecológicas que permitem que os visitantes explorem a rica biodiversidade local e apreciem as belezas naturais do local. A Gestão da UC orientada através do Plano de manejo executado com recursos do FMA é fundamental para garantir a proteção desses fósseis únicos, promover a educação ambiental e oferecer uma experiência enriquecedora aos visitantes, conectando-os com a história e a natureza. segundo Luis Otavio Castro, gestor da UC " o parque conta por meio de suas rochas e fósseis um pedaço da história do Rio de Janeiro que aconteceu no final do Período Paleoceno, logo após a extinção do dinossauros. A diversidade de mamíferos fósseis e outros animais pré-histórico, somados a beleza cênica do local, evidenciam o potencial científico, educativo e turístico que nossa UC possui".

UCs com Planos de Manejo

- Refúgio Municipal da Vida Silvestre da Ventania e da APA Miracema - Miracema, RJ;
- Parque Natural Municipal Paleontológico de São José do Itaboraí- Itaboraí, RJ;
- Parque Natural Municipal do Sahy e APA Guaíba-Guaibinha- Mangaratiba, RJ;
- Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacuba- Resende, RJ;
- Monumento Natural Municipal da Serra de Frecheiras- Santo Antônio de Pádua, RJ.

Olho no Verde – Monitoramento e Detecção de Mudança de Cobertura Florestal

O Projeto **Olho no Verde** envolve o mapeamento sistemático da cobertura florestal equivalente a 45% do território do Estado do Rio de Janeiro e o monitoramento contínuo de uma área de aproximadamente 10.000 km², onde se localizam os principais remanescentes florestais do estado. As áreas escolhidas para o monitoramento são estratégicas para a manutenção dos recursos hídricos e da biodiversidade.

No FMA, o **Olho no Verde** está presente tanto na categoria de projetos ambientais quanto em aquisições. Atualmente, está em execução o projeto que vai tornar disponíveis as imagens de satélite por acesso online a banco de dados, e também o serviço de monitoramento intensivo para detecção de desmatamento da Mata Atlântica. Em outra frente, foram confeccionadas e instaladas placas que sinalizam as áreas de florestas monitoradas por satélites nas unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro.

- + de 3.500 ocorrências para ações de guardas florestais coibindo a prática ilegal de retirada de cobertura vegetal da Mata Atlântica;
- + de 142 mil Km² de áreas verdes imageadas pelos satélites para ações de monitoramento;
- Instalação de 90 placas de sinalização viária para informação das ações de fiscalização com o objetivo de coibir a prática ilegal de atividades nas Unidades de Conservação;
- Instalação de 2 mil placas de sinalização para orientação dos visitantes nas áreas de Conservação, melhorando a experiência do turista.

Fortalecimento do Programa de Apoio à Criação de Unidades de Conservação Municipais (ProUC)

Outro projeto importante na área ambiental é o **ProUC**, que auxilia técnica e operacionalmente o processo de criação, implantação, gestão e monitoramento das Unidades de Conservação municipais do estado do Rio de Janeiro. Para Renata Lopes, Superintendente de Gestão Ecológica da SEAS, o investimento na área ambiental é essencial para sociedade por permitir que as pessoas vivam em espaços com mais qualidade, sem riscos de desastres naturais e epidemias. "Os desafios do clima estão aí para nos mostrar que, se não cuidarmos do meio ambiente, vamos padecer. Nossa saúde depende do equilíbrio entre a natureza e as cidades.

Regularização fundiária como instrumento para fortalecer os esforços de conservação e viabilizar a sustentabilidade econômica das Unidades de Conservação Estaduais (SERF)

Projetos como regularização fundiária e cadastro de imóveis rurais são fundamentais para fortalecer os esforços de conservação, preservação e criação de políticas públicas na área ambiental. No FMA, duas iniciativas nesse sentido são o Mapeamento de áreas para regularização fundiária (SERF), projeto que identifica áreas com elevado potencial para uso público e prioritárias para conservação da biodiversidade; e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), principal instrumento de regularização ambiental dos imóveis rurais.

Pelo **SERF**, foram feitos levantamentos das situações das sedes das unidades de conservação administradas pelo INEA; elaboração de justificativa e minuta de decreto de utilidade pública de propriedade dentro no Parque Estadual da Pedra Selada; identificação de áreas prioritárias no Parque Estadual da Pedra Branca; análise jurídica com memorial descritivo; plantas de uso do solo e área de preservação permanente da propriedade fazenda serrado inserida no interior do Parque Estadual do Desengano; análises jurídicas das propriedades fazenda Opinião, República dos Três Rio e Fazenda Itatyba, e levantamento de documentação imobiliária da Reserva Biológica de Guaratiba.

Até 17 de junho de 2019, foram realizados 48.983 cadastros ambientais rurais no Estado do Rio de Janeiro, representando aproximadamente 80% das propriedades rurais existentes no estado, segundo os dados do IBGE (IBGE 2006). Dessa forma, a proposta do **CAR** foi dar continuidade a estas ações, porém com enfoque nos imóveis rurais inseridos nas unidades de conservação estaduais e suas respectivas zonas de amortecimento.

As informações geradas ao longo da execução do projeto estão subsidiando a elaboração de políticas públicas e as ações do Programa de Regularização Ambiental (**PRA**), além de dimensionar o desafio de produção de mudas dos hortos florestais estaduais, auxiliar no levantamento fundiário das Unidades de Conservação, trazer informações ambientais relevantes que auxiliem a gestão das UCs e, principalmente, implementar em áreas de interesse especial do Estado, a Lei Federal nº12.651/12 (Novo Código Florestal).

Gerenciamento e Execução de Serviços de monitoramento e acompanhamento de ações de uso público em Unidades de Conservação administradas pelo estado do Rio de Janeiro

A contratação de agentes ambientais para a implementação de ações de práticas de proteção ambiental do bioma da Mata Atlântica também é um dos projetos sob gestão do FMA. Os agentes ambientais contratados são responsáveis por serviços especializados em monitoramento ambiental e dão suporte integral às Unidades de Conservação. Fazem desde manutenção de trilhas, atendimento aos visitantes, passando pelo resgate de pessoas, além da prevenção e combate a diversos tipos de problemas ambientais, como invasões, desmatamentos e incêndios florestais.

Resultados alcançados:

- + 800 km de manejo de trilhas
- + 2500 eventos realizados
- + 746 mil visitantes atendidos
- + 127 mil alunos atendidos

- + 5300 Notificações preventivas de incêndio
- + 51 mil metros de aceitos

Fortalecimento do vínculo histórico cultural dos povos quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca

O Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) constitui uma UC do grupo de proteção integral, de acordo com a Lei no 9985/2000. Este tipo de área protegida destina-se à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O parque abriga, também, comunidades tradicionais existentes, cujas origens remontam há mais de cem anos. Dentre elas, destacam-se o quilombo Dona Bilina, o quilombo Camorim e o quilombo Cafundá-Astrogilda.

As comunidades tradicionais e o Parque compartilham uma história de cumplicidade. As populações locais foram fundamentais para que a floresta se mantivesse conservada, apagando incêndios e combatendo ações irregulares em áreas onde a equipe da UC dificilmente conseguiria chegar.

Por sua vez, o estabelecimento da unidade de conservação pôs um freio na especulação imobiliária no território onde estas comunidades estão estabelecidas, evitando que elas fossem expulsas no processo de expansão urbana e suas práticas tradicionais fossem extintas.

Por meio de atividades lúdicas e estratégias de comunicação e atuação com o público do entorno do PEPB, através do projeto **Quilombolas**, ampliou-se o conhecimento das comunidades acerca da UC contribuindo assim para a gestão da unidade ambiental. Mais de 1300 pessoas participaram de 30 oficinas de vivência nas comunidades Quilombolas.

Multiplicação e reintrodução de espécies endêmicas, ameaçadas e climáticas nas Unidades de Conservação Estaduais

O projeto de **Jardinagem** inclui em seus objetivos o manejo, produção e conservação das florestas, incluindo o estímulo a pesquisas voltadas à recuperação de áreas degradadas, à implantação de modelos e "vitrines tecnológicas" voltadas à restauração ecológica, e o aprimoramento das técnicas de produção de sementes e mudas.

Atividades realizadas:

Produção de 592 mil mudas, manejo e conservação de 476 km de trilhas, plantio de 30 mil mudas nativas, 132 m³ de processamento de resíduos para

compostagem.

Ambiente Jovem

Por fim, um projeto essencial para a formação de futuros agentes, gestores e protetores do meio ambiente: o Ambiente jovem, que está promovendo, com recursos do FMA, a formação de aproximadamente mil jovens de 20 comunidades de baixa renda do Rio. A capacitação envolve temas como a Mata Atlântica, Água, Florestas, Ciclos Biogeoquímicos, Mudanças Climáticas, Ciclo de Vida dos Produtos, Sociedade de Consumo, Gestão de Resíduos Sólidos, Sustentabilidade e Cidadania.

Projetos de Obras de Infraestrutura

Projetos Concluídos

- Revalorização do trecho inicial do Rio Carioca e Restauração dos Reservatórios da Mãe D'Água -Parna Tijuca Rio Carioca;
- Implantação da Subsede do Núcleo Teresópolis no Parque Estadual Três Picos – Ermitage;
- Execução de obras civis para melhoria e consolidação da infraestrutura física da Floe José Zago;
- Fortalecimento e gestão e implementação das Unidades de Conservação, Refúgio de Vida Silvestre (Revis) do Saguí-da-Serra-Escuro, Revis Monte Alegre e do Monumento Natural (Mona) da Floresta;
- Manutenção das Infraestruturas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro;
- Implementação e Fortalecimento do Parque Natural Municipal Sabiá Laranjeira de Rosal;
- Implantação da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal de Bom Jardim;
- Projeto Executivo e Obra de Mirante na APA MACACU, Rodovia RJ-116, KM 66, Cachoeira de Macacu, RJ;
- Apoio técnico à implantação de infraestrutura nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.

Revalorização do trecho inicial do Rio Carioca e Restauração dos Reservatórios da Mãe D'Água -Parna Tijuca Rio Carioca

No vaivém cotidiano pelas grandes metrópoles, os moradores, trabalhadores e turistas muitas vezes não conhecem os marcos naturais dessas cidades. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Rio Carioca é um patrimônio natural que tem sua nascente num dos principais pontos turísticos do país, o Corcovado. O projeto de obras do FMA

restaurou as estruturas históricas e recuperou as unidades da antiga estação mãe d'água, valorizando os aspectos culturais e ambientais. O Rio Carioca foi a primeira fonte de água e deu nome aos habitantes da cidade.

O Fundo da Mata Atlântica realizou essa e outras obras em diversas localidades do Estado do Rio de Janeiro, dando corpo a novos projetos e fazendo a manutenção essencial em parques e unidades de conservação já existentes.

Manutenção das Infraestruturas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro

As Unidades de Conservação têm por objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, além de possibilitar a realização de pesquisas científicas. Isto porque esses estudos expandem o conhecimento sobre os diversos ecossistemas, os saberes tradicionais e as relações sociais associados às áreas protegidas. Além das áreas externas, as unidades são providas de diversas edificações, entre elas: guaritas, sede administrativa, centro de visitantes, alojamento dos guardas ambientais e de pesquisadores, laboratórios, galpões de serviço, etc.

Em decorrência do desgaste natural causado pelo uso e tempo, algumas dessas construções precisam de manutenção, mas também de adaptações, como a criação ou expansão de espaços administrativos, alojamentos ou salas de múltiplo uso, já que novas demandas e potencialidades têm surgido. Nesse sentido, o FMA tem trabalhado para recuperar a capacidade funcional das edificações que ficam nas unidades de conservação para que possa atender às necessidades e segurança dos seus usuários.

Implantação da Subsede do Núcleo Teresópolis no Parque Estadual Três Picos – Ermitage

O Parque Estadual dos Três Picos, localizado em Teresópolis, passou por uma série de melhorias significativas no âmbito de sua administração e infraestrutura. O projeto desenvolvido pelo FMA visou a melhoria da área construída da sede administrativa, proporcionando um local centralizado para as operações e aprimorando a eficiência das atividades de gestão do parque. Ademais, foi projetado uma base de apoio a operações de aeronaves do Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar- GAM, o que possibilita uma resposta mais rápida e eficiente em emergências e monitoramento aéreo.

Foi implementado, também, um galpão de reciclagem, promovendo a conscientização ambiental e a gestão adequada de resíduos no parque. Esse novo espaço tem o objetivo de contribuir para a redução do impacto ambiental e fomentação de práticas sustentáveis entre os frequentadores.

Execução de obras civis para melhoria e consolidação da infraestrutura física da Floresta José Zago

Em 1966 foi criado o Horto Florestal e Frutícola de Trajano de Moraes para atender as demandas de abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, sob a administração da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAA). Em 1988, a administração do Horto passou a ser do extinto Instituto Estadual de Florestas (IEF/RJ), atual Instituto Estadual do Ambiente (INEA/SEAS/RJ). Neste período, foi adotada a nomenclatura de Horto Florestal de Trajano de Moraes e, desde então, ele concentrou seus esforços no desenvolvimento de pesquisas científicas, experimentos florestais e produção de mudas nativas destinadas ao reflorestamento e recuperação de áreas degradadas.

Em 2016, esta área foi convertida na primeira Floresta Estadual do Estado do Rio de Janeiro que, segundo a legislação ambiental, caracteriza-se como uma área com cobertura florestal de predominância de espécies nativas, cujo objetivo é o uso sustentável dos recursos florestais, pesquisa científica, manejo florestal, recuperação de ecossistemas e turismo ecológico. Com a criação da Floresta José Zago, foi necessário ampliar os serviços já prestados pelo antigo Horto, e incluir a produção de sementes de espécies nativas de Mata Atlântica, além de promover a educação ambiental e o turismo ecológico.

O IDG implementou a melhoria das estruturas existentes e instalação de novas, construção de galpão de apoio ao viveiro e galpão multiuso, área de lazer com churrasqueiras, quadra esportiva, cozinhas e sanitários.

Fortalecimento e gestão e implementação das Unidades de Conservação, Refúgio de Vida Silvestre (Revis) do Saguí-da-Serra-Escuro, Revis Monte Alegre e do Monumento Natural (Mona) da Floresta

Itaperuna é a maior cidade do noroeste Fluminense, sendo considerada polo regional de comércio e educação. No turismo, destaca-se o 7º distrito de Raposo, pelas suas fontes hidrominerais e remanescentes florestais de Mata Atlântica, com fragmentos de elevada consideração em função dos tamanhos e estágio de preservação. Visando o fortalecimento da conservação da biodiversidade regional, o projeto Raposo construiu a sede conjunta para o Refúgio de Vida Silvestre do Saguí da Serra Escuro, Refúgio Silvestre Monte Alegre e Monumento Natural da Floresta. Além disso, foram adquiridos veículos e equipamentos de monitoramento de fauna e flora.

Implementação e Fortalecimento do Parque Natural Municipal Sabiá Laranjeira de Rosal

Com o objetivo de fortalecer a gestão e a implementação do Parque Natural Municipal Sabiá Laranjeira do Rosal, o IDG iniciou as obras de reforma das estruturas físicas, de cercamento da UC, a aquisição de EPIs, além da aquisição de equipamentos

de combate a incêndio, veículos e bens de estruturação do Parque.

Implantação da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal de Bom Jardim

O projeto no Parque Natural Municipal de Bom Jardim visa principalmente aproximar a população das áreas verdes e proporcionar bem estar social e melhor qualidade de vida. Mas, também proteger a Unidade de Conservação contra o desmatamento, a caça e incêndios. O objetivo da instalação da sede administrativa é melhorar as condições de gestão do parque e a promover a realização de oficinas de educação ambiental para os munícipes.

O projeto contempla emprego de técnicas sustentáveis de bioarquitetura com uso de recursos naturais com aproveitamento das estruturas existentes

Projeto Executivo e Obra de Mirante na APA MACACU, Rodovia RJ-116, KM 66, Cachoeira de Macacu, RJ

A obra do mirante na APA Macacu aproveitou pontos já utilizados para observação da paisagem por pessoas que transitam pela Rodovia RJ-116, à altura do KM 63, a cerca de 950 m de altitude. O novo mirante permite uma visão de 180° do trecho de Serra dos Três Picos, do Vale do Rio Macacu, da Baía de Guanabara, e em dias sem nebulosidade, parte do Maciço da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, incluindo o Corcovado.

Apoio técnico à implantação de infraestrutura nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro

O INEA tem como um dos seus objetivos empreender ações para a conservação da biodiversidade fluminense, promovendo e fomentando a restauração da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro. Para isso, foi contratada empresa de consultoria para acompanhar os projetos arquitetônicos, de engenharia e fiscalização das obras realizadas nas unidades de conservação.

UCs beneficiadas:

- Parque Estadual dos Três Picos
- Parque Estadual da Pedra Branca
- PARNA Tijuca
- Floresta Estadual José Zago

Projetos de Aquisições de Materiais e Equipamentos

Projetos concluídos:

- Comunicação Olho no Verde - Aquisição de placas de sinalização;
- Aquisição de Uniformes camuflados e capas camufladas de coletes balísticos para os policiais militares lotados no comando de Polícia Ambiental (CPAm) e Unidades de Polícia Ambiental (UPAm), para empregos nas Unidades de Conservação Estaduais;
- Aquisição de Veículos para as Unidades de Polícia Ambiental (UPAm) do comando da Polícia Ambiental / PMERJ (CPAm/PMERJ);
- Fortalecimento e gestão e implementação das Unidades de Conservação, Refúgio de Vida Silvestre (Revis) do Sagui-da-Serra-Escuro, Revis Monte Alegre e do Monumento Natural (Mona) da Floresta - Aquisição de uma pick-up 4 x 4 e um veículo sedã, equipamentos de monitoramento de fauna e flora;
- Operacionalização da Gestão das Unidades de Conservação Estaduais - 4o Fase - Cartão Vinculado;
- Aquisições Uniformes, Equipamentos e Viaturas para serviços de guarda-parques do INEA e apoio ao corpo de bombeiros militares do Estado;
- Implementação e Fortalecimento do Parque Natural Municipal do Livramento - Aquisição de um veículo e equipamentos de combate à incêndio;
- Implementação e Fortalecimento do Parque Natural Municipal Sabiá Laranjeira de Rosal - Aquisição de materiais para estruturação da UC;
- Estruturação para Gestão, Proteção e Uso Controlado do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Palmares - Aquisição de um veículo, equipamentos de combate à incêndio, monitoramento de fauna e sinalização;
- Fortalecimento das ações de proteção, monitoramento e fiscalização nas Unidades de Conservação Estaduais - Aquisição de 10 quadriciclos;
- Implantação e Consolidação das Unidades de Conservação Municipais de Três Rios para a Manutenção dos serviços Ecológicos - Aquisição de EPIs, equipamentos de combate à incêndio e itens para implantação do viveiro de mudas;
- Programa de Implantação e Fortalecimento do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis - Aquisição de um quadriciclo.

Um dos braços mais importantes do FMA é o investimento em aquisições de equipamentos e manutenção predial das "Unidades de Conservação" (UCs) do Estado, que tem por objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, além de possibilitar a realização de pesquisas científicas. Por esses locais, circulam guardas florestais, pesquisadores, visitantes e trabalhadores que preservam e multiplicam os saberes tradicionais sobre os nossos ecossistemas. Estão entre as

aquisições mais importantes, os veículos, os equipamentos de combate a incêndio e sinalização, além de uniformes para guardas e funcionários.

Aquisições Uniformes, Equipamentos e Viaturas para serviços de guarda-parques do INEA e apoio ao corpo de bombeiros militares do Estado.

Entre as diversas atribuições dos agentes ambientais está o desempenho de ações de educação e conscientização ambiental, ações de busca e salvamento de visitantes no interior nas unidades, e verificar rotineiramente as condições de segurança das encostas dos parques que abrigam montanhas em seus limites. Por isso, o FMA fez a aquisição de equipamentos de combate à incêndio, uniformes, viaturas e EPIs.

Itens adquiridos:

- 3 Pick-ups 4 x 4 e 2 Pick-ups Simples;
- Equipamentos de combate à incêndio;
- Uniformes;
- EPIs.

Implantação e Consolidação das Unidades de Conservação Municipais de Três Rios para a Manutenção dos serviços Ecosistêmicos

No território de Três Rios, foram criadas pelo governo municipal seis unidades de conservação que correspondem a 80% do território do município. Nesse sentido, o projeto do FMA visa implementar e consolidar as UCs, possibilitando uma gestão ambiental eficaz e eficiente com vistas ao desenvolvimento urbano sustentável e forte participação da sociedade.

O projeto previu a aquisição de EPIs, equipamentos de combate a incêndio e itens para implantação do viveiro de mudas.

O objetivo geral do projeto foi criar condições operacionais necessárias à estruturação e implementação das Unidades de Conservação Municipais de Três Rios visando a proteção de seus limites e de seu entorno direto.

Fortalecimento das ações de proteção, monitoramento e fiscalização nas Unidades de Conservação Estaduais

O Inea administra atualmente 37 unidades de conservação estaduais, além do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia. Distribuídas por todo o território fluminense, são 202.330 hectares inseridos em unidades de conservação de proteção integral, e 242.056 hectares em unidades de conservação de uso sustentável, envolvendo 52 municípios nas diferentes regiões administrativas do Estado.

A implementação destas áreas protegidas implica a necessidade de estruturação

física e do fortalecimento operacional da Gerência de Unidades de Conservação, a fim de que possa executar, de maneira efetiva, as ações relativas à implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pelo INEA.

Aquisição de Veículos para as Unidades de Polícia Ambiental (UPAm) do comando da Polícia Ambiental / PMERJ (CPAm/PMERJ)

O Comando de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (CPAm/PMERJ) foi criado pelo Decreto Estadual RJ nº 43.641, de 15 de Junho de 2012, com as atribuições de planejar a implantação, coordenar, controlar e estabelecer diretrizes de suporte às ações ambientais, e a garantia da preservação dos remanescentes florestais protegidos.

A parceria entre o INEA e o CPAm/PMERJ tem sido de fundamental importância para o sucesso da política ambiental nas unidades de conservação fluminenses, evitando assim a fragmentação da mata atlântica, e a consequente perda de habitats e biodiversidade.

Esta atuação em conjunto vem garantindo a efetiva proteção das UC estaduais. Por isso, a importância dos investimentos na atuação do comando e a aquisição de 10 pick ups 4x4 para fortalecer as ações de polícia ostensiva no combate aos crimes contra o meio ambiente.

Projetos Concluídos até maio de 2023

1. Monitoramento ambiental, manejo, rotinas de auxílio à gestão, logística e acompanhamento de ações em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.

Escopo: Prestação dos serviços de monitoramento ambiental, manejo e outras rotinas de auxílio às unidades com contratação de agentes ambientais.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 31 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 30 milhões

Economicidade obtida: R\$ 1,4 milhão

Contratada: Gaia Service Tech

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

2. Aquisições Uniformes, Equipamentos e Viaturas para serviços de guarda-parques do INEA e apoio ao corpo de bombeiros militares do Estado.

Escopo: Aquisição de uniformes, equipamentos e viaturas.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 3,7 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 3,4 milhões

Economicidade obtida: R\$ 273 mil

Contratada: fornecedores diversos

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

3. Revalorização do trecho inicial do Rio Carioca e Restauração dos Reservatórios da Mãe D'Água -Parna Tijuca Rio Carioca - Fase 1

Escopo: Execução de obras de revalorização do trecho inicial do Rio Carioca e Restauração dos Reservatórios da Mãe D'Água.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 4.2 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 4 milhões

Economicidade obtida: R\$ 6,7 milhões

Contratada: Acqua Total Engenharia

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

4. Manutenção das Infraestruturas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro

Escopo: Execução de manutenção das edificações existentes nas unidades de conservação para melhoria da infraestrutura.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 13 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 13 milhões

Economicidade obtida: R\$ 3,9 milhões

Contratada: Construtora RJL2 Ltda - R\$ 9 milhões e Construtora Brasform Ltda - R\$ 3,9 milhões

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

5. Implantação da Subsede do Núcleo Teresópolis no Parque Estadual Três Picos – Ermitage

Escopo: Elaboração de projeto executivo de arquitetura para reforma e implantação da subsede do núcleo Teresópolis do Parque Estadual dos Três Picos.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 150 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 150 mil

Economicidade obtida: R\$ 3,7 milhões

Contratada: Arqhos Consultoria e Projetos

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente – INEA

6. Execução de obras civis para melhoria e consolidação da infraestrutura física da Floresta José Zago

Escopo: Elaboração de projeto executivo e obras para implantação da infraestrutura física de apoio administrativo e uso público da Floresta Estadual José Zago.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 2,2 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 1,8 milhões

Economicidade obtida: R\$ 1,4 milhões

Contratada: Construtora RJL2 Ltda

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS

7. Controle a médio e longo prazo de animais domésticos nas comunidades inseridas nos limites ou nas zonas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro

Escopo: Ação integrada de educação, sensibilização e intervenções veterinárias nos limites ou zonas de amortecimento das Unidades de Conservação.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 4,6 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 4 milhões

Economicidade obtida: R\$ 500 mil

Contratada: Viva Rio

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS

8. Comunicação Olho no Verde

Escopo: Confecção e instalação de placas de sinalização informativa, de advertência nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 545 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 268 mil

Economicidade obtida: R\$ 600 mil

Contratada: Associação Carioca de Prestadores de Serviços Artísticos e Culturais - PróCultural.

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

9. Implementação e Fortalecimento do Parque Natural Municipal Sabiá Laranjeira de Rosal

Escopo: Execução de serviços de reformas e obras para implantação e fortalecimento do Parque Natural Municipal Sabiá-Laranjeira do Rosal e aquisição de materiais e 01 veículo para estruturação da UC localizado em Bom Jesus de Itabapoana - RJ.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 826 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 610 mil

Economicidade obtida: R\$ 215 mil

Contratada: Fornecedores diversos

Beneficiário: Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana.

10. Monitoramento e cobertura florestal do Estado do Rio de Janeiro e detecção de desmatamento dos remanescentes e restauração da Mata Atlântica

Escopo: Fornecimento e disponibilização de imagens de satélite, por acesso online a banco de dados de imagens e serviço de monitoramento intensivo para detecção de desmatamento da Mata Atlântica.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 2,2 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 2,1 milhões

Economicidade obtida: R\$ 77 mil

Contratada: Digimap Mapeamentos por satélites.

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

11. Fortalecimento do vínculo histórico cultural dos povos quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca

Escopo: Gestão e promoção de atividades culturais e de educação ambiental no Parque Estadual da Pedra Branca, integrando o saber histórico-cultural Quilombola e a preservação do Bioma Mata Atlântica.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 550 mil

Valor Contratado: R\$ 475 mil

Valor Executado: R\$ 309 mil

Economicidade obtida: R\$ 240 mil

Contratada: Instituto Moleque Mateiro de Educação Ambiental.

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

12. Fortalecimento e gestão e implementação das Unidades de Conservação, Refúgio de Vida Silvestre (Revis) do Sagui-da-Serra-Escuro, Revis Monte Alegre e do Monumento Natural (Mona) da Floresta

Escopo: Construção de uma sede administrativa e aquisições de equipamentos e veículos.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 2,7 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 1,8 milhões

Economicidade obtida: R\$ 898 mil

Contratada: Construtora RCZ Engenharia (Obras) e aquisições simples (fornecedores diversos)

Beneficiário: Prefeitura Municipal de Itaperuna

13. Implementação e Estruturação da Apa Perdição

Escopo: Aquisição de materiais e equipamentos para Implementação e Estruturação da Unidade de Conservação APA Perdição no Município de Porciúncula -RJ.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 31 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 31 mil

Economicidade obtida: R\$ 373 mil

Contratada: fornecedores diversos

Beneficiário: Prefeitura Municipal de Porciúncula

14. Implantação da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal de Bom Jardim

Escopo: Elaboração de projeto executivo de arquitetura para Implantação da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal de Bom Jardim.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 120 mil

Valor Contratado/Executado R\$ 112 mil

Economicidade obtida: R\$ 772 mil

Contratada: Tiba Domus Ltda

Beneficiário: Prefeitura Municipal de Bom Jardim

15. Implementação e Fortalecimento do Parque Natural Municipal do Livramento

Escopo: Aquisição de veículo e equipamentos de combate à incêndio para Implementação e Fortalecimento do Parque Natural Municipal do Livramento, no município do Carmo, RJ.

Teto orçamentário aprovado na CCA: 240 mil

Valor Contratado/Executado: 209 mil

Economicidade obtida: R\$ 853 mil

Contratada: fornecedores diversos

Beneficiário: Prefeitura Municipal de Carmo

16. Aquisição de Uniformes camuflados e capas camufladas de coletes balísticos para os policiais militares lotados no comando de Polícia Ambiental (CPAm) e Unidades de Polícia Ambiental (UPAm), para empregos nas Unidades de Conservação Estaduais.

Escopo: Aquisição de uniformes camuflados e capas camufladas de coletes balísticos para PMs lotados no comando (CPAm) e Unidades da Polícia Ambiental (UPAm).

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 261 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 260 mil

Economicidade obtida: R\$ 1 mil

Contratada: Megajoww e Reptek

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

17. Aquisição de Veículos para as Unidades de Polícia Ambiental (UPAm) do comando da Polícia Ambiental / PMERJ (CPAm/PMERJ)

Escopo: Aquisição de viaturas camufladas para policiais militares lotados no comando (CPAm) e Unidades da Polícia Ambiental (UPAm).

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 2,1 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 1,9 Milhões

Economicidade obtida: R\$ 210 mil

Contratada: Toyota do Brasil

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

18. Estruturação para Gestão, Proteção e Uso Controlado do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Palmares

Escopo: Aquisição de veículos, equipamentos de combate à incêndio, monitoramento de fauna e sinalização.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 304 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 296 mil

Economicidade obtida: R\$ 8 mil

Contratada: Fornecedores diversos
Beneficiário: Prefeitura de Paty do Alferes

19. Conservação e Higienização das áreas Edificadas das Unidades de Conservação Estaduais

Escopo: Prestação dos serviços de conservação e higienização das áreas edificadas das Unidades de Conservação Estaduais com o fornecimento de 60 colaboradores.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 8.4 milhões

Valor Contratado: R\$ 6,1 milhões

Valor Executado: R\$ 5.9 milhões

Economicidade obtida: R\$ 2.4 milhões

Contratada: CNS Nacional de Serviços

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

20. Multiplicação e reintrodução de espécies endêmicas, ameaçadas e climácicas nas Unidades de Conservação Estaduais

Escopo: Serviços de jardinagem, produção de sementes e mudas e manejo florestal para multiplicação e reintrodução de espécies endêmicas, ameaçadas e climácicas nas UCs Estaduais.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 9,4 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 9,4 milhões

Economicidade obtida: R\$ 0,00 (zero)

Contratada: Instituto de Eventos Ambientais

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

21. Operacionalização da Gestão das Unidades de Conservação Estaduais - 4a Fase - Cartão Vinculado

Escopo: Fornecimento de cartões pré-pago para uso de pequenas despesas nas Unidades de Conservação, como aquisição de materiais de epis, peças emergenciais para reparo, lanches para realização de eventos.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 2,8 milhões

Valor Contratado: R\$ 2,8 milhões

Valor Executado: R\$ 2,6 milhões

Economicidade obtida: R\$ 152 mil

Contratada: Alelo

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

22. Apoio técnico à implantação de infraestrutura das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro - fase 1

Escopo: Consultoria para acompanhamento de projetos arquitetônicos e de engenharia e apoio à fiscalização técnica de obras civis para implantação de projetos e obras na infraestrutura das UCs.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 1,5 Milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 1,5 Milhões

Economicidade obtida: R\$ 0,00 (zero)

Contratada: Ambiental Engenharia e Consultoria.

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

23. Fortalecimento do Programa de Apoio à Criação de Unidades de Conservação Municipais

Escopo: Ações voltadas para criação, apoio na gestão e monitoramento das unidades de conservação municipais do Estado do Rio de Janeiro.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 3,5 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 3,5 milhões

Economicidade obtida: R\$ 0,00 (zero)

Contratada: Saberes Projetos Socioambientais

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

24. Regularização fundiária como instrumento para fortalecer os esforços de conservação e viabilizar a sustentabilidade econômica das Unidades de Conservação Estaduais - SERF - Fase 5

Escopo: Realização de estudos, levantamentos e entregas de produtos que irão subsidiar a instrução dos processos de regularização fundiária das áreas prioritárias inseridas nas Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 1,9 milhões

Valor Contratado: R\$ 1,9 milhões

Valor Executado: R\$ 1,0 milhões

Economicidade obtida: R\$ 830 mil

Contratada: Ambiental Engenharia e Consultoria

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

25. Programa Estadual de RPPN: áreas protegidas privadas como ferramenta imprescindível à conservação do Bioma Mata Atlântica - RPPN - Fase 5

Escopo: Desenvolvimento de ações voltadas à criação, gestão, monitoramento e proteção das Unidades de Conservação Particulares de proteção integral do Estado do Rio de Janeiro à conservação do Bioma Mata Atlântica - RPPN.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 4,2 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 3,3 milhões

Economicidade obtida: R\$ 141 mil

Contratada: Instituto terra de Preservação Ambiental - ITPA

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

26. Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas UCs

Escopo: Identificação e regularização dos imóveis rurais localizados no interior e na zona de amortecimento das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 4,8 milhões

Valor Contratado: R\$ 2,5 milhões

Valor Executado: 540 mil

Economicidade obtida: R\$ 3,3 milhões
Contratada: Ambientagro Engenharia
Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

27. Monitoramento da Bacia do Rio Paraíba do Sul

Escopo: Monitoramento da qualidade, vazão, manutenção e operação de estações hidrometeorológicas das águas da bacia do Rio Paraíba do Sul.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 143 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 143 mil

Economicidade obtida: R\$ 0,00 (zero)

Contratada: Rio Tecnologia

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

28. Apoio técnico à implantação de infraestrutura das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro - fase 2

Escopo: Consultoria para acompanhamento de projetos arquitetônicos e de engenharia e apoio à fiscalização técnica de obras civis para implantação de projetos e obras na infraestrutura das UCs

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 4,5 milhões

Valor Contratado: R\$ 4,5 milhões

Valor Executado: R\$ 3,4 milhões

Economicidade obtida: R\$ 1,1 milhão

Contratada: Ambiental Engenharia e Consultoria.

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

29. Elaboração de Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Paleontológico de São José de Itaboraí

Escopo: Elaboração de Plano de Manejo.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 379 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 371 mil

Economicidade obtida: R\$ 7,9 mil

Contratada: Masterplan Consultoria de Projetos

Beneficiário: Prefeitura Municipal de Itaboraí

30. Projeto para Fortalecimento da Unidades de Conservação do Município de Santo Antônio de Pádua

Escopo: Elaboração de Plano de Manejo para Fortalecimento da Unidades de Conservação do Município de Santo Antônio de Pádua.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 270 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 197 mil

Economicidade obtida: R\$ 412 mil

Contratada: Sonen Consultoria e Servicos Ambientais Ltda

Beneficiário: Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua

31. Fortalecimento da Gestão do Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacuba.

Escopo: Elaboração de Plano de Manejo e aquisição de gps para Fortalecimento da Gestão do Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacuba, em Resende, Sul Fluminense.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 319 mil

Valor Contratado/Executado: 187 mil

Economicidade obtida: R\$ 272 mil

Contratada: Sonen Consultoria e Serviços Ambientais Ltda e Casa da Topografia (GPS)

Beneficiário: Agência do Meio Ambiente do Município de Resende - AMAR

32. Programa de Implantação e Fortalecimento do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis

Escopo: Aquisição de quadriciclo para Fortalecimento do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 45.900,00

Valor Contratado/Executado: R\$ 46 mil

Economicidade obtida: R\$ 375 mil

Contratada: Funxsport Comercio Eireli - EPP

Beneficiário: Prefeitura Municipal de Teresópolis

33. Projeto de Implantação e Fortalecimento das Unidades de Conservação Municipais de Mangaratiba

Escopo: Elaboração de Plano de Manejo para Fortalecimento das Unidades de Conservação Municipais de Mangaratiba.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 265 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 244 mil

Economicidade obtida: R\$ 263 mil

Contratada: Sonen Consultoria e Serviços Ambientais Ltda

Beneficiário: Prefeitura Municipal de Mangaratiba

34. Projeto de Implantação e Fortalecimento do Refúgio da Vida Silvestre da Ventania

Escopo: Elaboração de Plano de Manejo para Implantação e Fortalecimento do Refúgio da Vida Silvestre da Ventania (Miracema-RJ).

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 394 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 394 mil

Economicidade obtida: R\$ 0,00 (zero)

Contratada: Detzel Consultores Associados S/S

Beneficiário: Prefeitura Municipal de Miracema

35. Implantação e Consolidação das Unidades de Conservação Municipais de Três Rios para a Manutenção dos serviços Ecosistêmicos

Escopo: Aquisição de EPIs, equipamentos de combate à incêndio e itens para implantação do viveiro de mudas.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 148 mil

Valor Contratado/Executado: R\$ 97 mil
Economicidade obtida: R\$ 708 mil
Contratada: Fornecedores diversos
Beneficiário: Prefeitura Municipal de Três Rios

36. Olho no Verde – Monitoramento e Detecção de Mudança de Cobertura Florestal - Fase 4

Escopo: Fornecimento e disponibilização de imagens de satélite, por acesso online a banco de dados de imagens e serviço de monitoramento intensivo para detecção de desmatamento da Mata Atlântica.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 3,6 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 3,6 milhões

Economicidade obtida: R\$ 0,00 (zero)

Contratada: Digimap Imagens de Satélites Mapeamentos

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

37. Fortalecimento das ações de proteção, monitoramento e fiscalização nas Unidades de Conservação Estaduais

Escopo: Aquisição de quadriciclos para Fortalecimento das Ações de Proteção, Monitoramento e Fiscalização nas Unidades de Conservação Estaduais.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 16,9 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 459 mil

Economicidade obtida: R\$ 16,5 milhões

Contratada: Funxsport Comercio Eireli - EPP

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

38. Conservação e higienização das áreas edificadas das Unidades de Conservação e Hortos Florestais Estaduais.

Escopo: Prestação de Serviços para conservação e higienização das áreas edificadas das Unidades de Conservação e Hortos Florestais.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 8 milhões

Valor Contratado: R\$ 6,7 milhões

Valor Executado: R\$ 1,8 milhões

Economicidade obtida: R\$ 6,2 milhões

Contratada P.G Menezes Limpeza e Conservação Ltda

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

39. Projeto Executivo e Obra de Mirante na APA Macacu, Rodovia RJ-116, KM 66, Cachoeira de Macacu, RJ

Escopo: Elaboração de Projeto Executivo e Execução de Obras de Mirante na Apa Macacu.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 2,8 milhões

Valor Contratado/Executado: R\$ 2,2 milhões

Economicidade obtida: R\$ 608 mil

Contratada Carletti Construções e Serviços Ltda

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Projetos Concluídos a partir de maio de 2023

40. Ambiente Jovem

Escopo: Conjunto de ações inerentes à educação ambiental para a sustentabilidade em 20 comunidades de baixa renda nas zonas de amortecimento das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 7,7 milhões

Valor Contratado: R\$ 6,9 milhões

Valor Executado: R\$ 5,3 milhões

Economicidade obtida: R\$ 2,3 milhões

Contratada: CON-TATO Centro de pesquisas e de ações sociais e culturais

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

41. Gerenciamento e execução de serviços de monitoramento e acompanhamento de ações de uso público em Unidades de Conservação administradas pelo estado do Rio de Janeiro

Escopo: Prestação de Serviços em monitoramento ambiental, manejo, rotinas de auxílio à gestão, logística e acompanhamento de ações em UCs do Estado do Rio de Janeiro com contratação de agentes ambientais.

Teto orçamentário aprovado na CCA: Orçado: R\$ 37,7 milhões

Valor Contratado: R\$ 37,7 milhões

Valor Executado: R\$ 34,4 milhões

Economicidade obtida: R\$ 2,5 milhões

Contratada: CNS Nacional de Serviços Limitada / Atria Serviços Terceirizados e Serviços Ltda

Beneficiário: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Projeto em Execução

42. Florestas do Amanhã – Implementando o Plano Estadual de Restauração Ecológica da Mata Atlântica (RH V - Baía de Guanabara)

Escopo: Restauração florestal incluindo projeto, implantação, execução e manutenção oriundo do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 20,9 milhões

Valor contratado: R\$ 17,2 milhões.

Valor executado até setembro/25: 10,5 milhões

Prazo estimado de duração: 5 anos - 2021 a 2026

Lote 01 - Área de Itaboraí e Maricá - 42,7 hectares

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 3,9 milhões

Valor Contratado: R\$ 2,4 milhões

Valor Executado: R\$ 1,7 milhões

Contratada: Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Prazo estimado de término: maio/2026

Lote 04 - Área de São Gonçalo - 44,8 hectares

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 3,7 milhões
Valor Contratado: R\$ 3,0 milhões
Valor Executado: R\$ 2,1 milhões
Contratada: Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA
Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Prazo estimado de término: maio/2026

Lote 05 - Área de Duque de Caxias - 30,02 hectares

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 2,1 milhões
Valor Contratado: R\$ 1,8 milhões
Valor Executado: R\$ 1,7 milhões
Contratada Rede de Desenvolvimento Humano - REDE H
Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Prazo estimado de término: abril/2026

Lote 07 - Área de Cachoeira de Macacu - 24,57 hectares

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 1,2 Milhões
Valor Contratado: R\$ 1,5 milhões
Valor Executado: R\$ 1,3 milhões
Contratada Ecovale Consultoria Agroambiental Ltda
Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Prazo estimado de término: novembro/2026

Lote 08 - Área de Nova Iguaçu - 27,3 hectares

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 2,0 milhões
Valor Contratado: R\$ 1,4 milhões

Valor Executado: R\$ 1,1 milhões

Contratada: Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

Prazo estimado de término: maio/2026

Lote 10 - Área de Niterói - 8,22 hectares

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 586 mil

Valor Contratado: R\$ 553 mil

Valor Executado: R\$ 459 mil

Contratada: Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

Prazo estimado de término: maio/2026

Lote 02 (descontinuado) - Área de Guapimirim - 59,49 hectares

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 2,4 milhões

Valor Contratado: R\$ 1,7 milhões

Valor Executado: R\$ 225 mil

Contratada: Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

Lote 03 (descontinuado) - Área de São João de Meriti e Nilópolis - 51,63 hectares

Teto orçamentário aprovado na CCA: R\$ 5,8 milhões

Valor Contratado: R\$ 3,7 milhões

Valor Executado: R\$ 1,7 milhões

Contratada: Vereda Estudos e Execução de Projetos

Beneficiário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

ANEXO II

**Instituto de Desenvolvimento e
Gestão – IDG
Projeto Fundo Mata Atlântica -
FMA**

Demonstrações Contábeis e Relatório
dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2023

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores do
Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG
Projeto Fundo Mata Atlântica – FMA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Projeto Fundo Mata Atlântica - FMA ("Projeto") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas, em especial a NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Projeto em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Projeto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade Operacional – Projeto Fundo Mata Atlântica

Destacamos a nota explicativa nº 1, que menciona o aditamento do acordo de cooperação com a SEAS, prorrogado até 1º de setembro de 2026. Com base neste acordo, o IDG será responsável pela conclusão do projeto Florestas do Amanhã, não havendo, no momento, outros projetos em andamento diretamente relacionados ao Fundo Mata Atlântica. O Instituto devolverá os ativos relacionados a este Fundo e realizará a respectiva prestação de contas conforme previsto no Acordo de Cooperação.

Ênfase

Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para as notas nº2 e nº3, que descrevem a base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis com o intuito de auxiliar a Administração na visualização das operações do projeto de forma segregada em 31 de dezembro de 2023. Sendo assim, essas demonstrações contábeis não devem ser utilizadas para outro propósito.

Nosso relatório destina-se exclusivamente para utilização das partes especificadas e não deve ser distribuído a terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Projeto Fundo Mata Atlântica – FMA de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do IDG continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Projeto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Projeto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Projeto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Projeto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2024

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0



Sheila Conrado

Contadora - CRC-RJ 086.265/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL - IDG Projeto Fundo Mata Atlântica
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	459.220	522.656	Fornecedores/Outras Contas	7	67	1.828
Contas a receber	5	-	481	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	8	206	282
Adiantamentos	6	3.366	3.045	Obrigações tributárias	10	237	777
Tributos a compensar		1	4	Transferências		1	9
Transferências		-	410	Projetos a executar	9	459.140	522.653
Deposito caução		12	10	Total do passivo circulante		459.650	525.549
Total do ativo circulante		462.599	526.606				
				Patrimônio líquido			
				Resultados acumulados		2.949	1.057
				Total do patrimônio líquido		2.949	1.057
Total do ativo		462.599	526.606	Total do passivo e do patrimônio líquido		462.599	526.606

Demonstração do Resultado do Exercício - IDG Projeto Fundo Mata Atlântica
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Recursos governamentais - Contrato de gestão	13	29.585	75.709
Recursos Captados	13	6	-
Total das receitas com restrições		29.591	75.709
Despesas com restrições			
Despesas com pessoal	14	(1.453)	(2.617)
Serviços prestados por terceiros	15	(13.498)	(35.242)
Despesas gerais e administrativas	16	(24)	(36.517)
Impostos, taxas e contribuições		(14.608)	(480)
Despesas financeiras		(4)	(19)
Imobilizados destinados a projetos		(3)	(834)
Total das despesas com restrições		(29.591)	(75.709)
Resultado das atividades com restrições		-	-
Receitas sem restrições			
Serviços prestados	23	6.428	6.067
Outras receitas	23	-	8
Receitas financeiras	23	91	100
Total das receitas sem restrições		6.519	6.175
Despesas sem restrições			
Despesa com pessoal	14	(1.709)	-
Serviços prestados por terceiros	15	(2.069)	(3.865)
Despesas gerais e administrativas	16	(825)	(629)
Impostos, taxas e contribuições		(19)	-
Despesas financeiras		(5)	(659)
Total das despesas sem restrições		(4.626)	(5.153)
Resultado das atividades sem restrições		1.892	1.022
Superávit do exercício		1.892	1.022

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social - IDG Projeto Fundo Mata Atlântica
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Superávit ou Déficit Acumulado	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	35	35
Superávit do exercício	1.022	1.022
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.057	1.057
Déficit do exercício	1.892	1.892
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.949	2.949

Demonstração do fluxo de caixa método indireto - IDG Projeto Fundo Mata Atlântica
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<u>1.892</u>	<u>1.022</u>
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	-	-
	<u>1.892</u>	<u>1.022</u>
Aumento/Redução nos ativos e passivos:		
Contas a receber	481	(174)
Adiantamentos	(322)	(589)
Impostos a recuperar	3	21
Transferências	410	(410)
Depósito caução	(2)	(10)
Fornecedor	(1.764)	(822)
Obrigações sociais e trabalhistas	(78)	59
Obrigações tributárias	(538)	159
Transferências	(3)	9
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>78</u>	<u>(735)</u>
 Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Contrato de gestão/leis de incentivos	(63.514)	(26.487)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento	<u>(63.514)</u>	<u>(26.487)</u>
 Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(63.436)</u>	<u>(27.222)</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	522.656	549.878
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	459.220	522.656
 Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(63.436)</u></u>	<u><u>(27.222)</u></u>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão ("Instituto") é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos constituída em abril de 2001 e qualificada como organização social no âmbito da cultura, meio ambiente e educação pelos Governos dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e pelos municípios de Recife, do Rio de Janeiro e de São Paulo. O endereço registrado do escritório da Entidade na Avenida Rio branco, número 1, Sala 2003 parte, Centro do Rio de Janeiro.

- I. Fomentar o desenvolvimento tecnológico, educacional, científico, cultural, desportivo, ambiental e econômico e a inovação na sociedade;
- II. Criar, apoiar, fomentar, promover e gerir espaços culturais, turísticos, educacionais, científicos, de lazer e desporto, ambientes promotores da inovação. Com a propagação do conhecimento à sociedade civil, bem como realização de consultoria e gestão de mecanismos operacionais de conservação da biodiversidade e espaços especialmente protegidos;
- III. Incentivar o intercâmbio de informação e conhecimento entre as culturas;
- IV. Promover o voluntariado, a ética, a paz, a cidadania e os valores humanos;
- V. Atuar na defesa, gestão e conservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e científico em todos os seus aspectos: natural, por meio da proteção do meio ambiente; construído, a partir da valorização das edificações e do registro temporal de bens móveis e imóveis; e imaterial, por meio de manifestações culturais, folclore, culinária e identificação histórica;
- VI. Promover a inclusão digital da sociedade civil, especialmente no que diz respeito à parcela da comunidade em situação de vulnerabilidade social ou econômica;
- VII. Promover o ensino, a pesquisa, o treinamento, a ciência e a tecnologia, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e ambiental e para o desenvolvimento da economia criativa;
- VIII. Auxiliar o atingimento de um patamar satisfatório de eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos ou de interesse público, incluindo espaços culturais, escolas, museus, bibliotecas, centros de convivência, centros turísticos, de esporte e lazer e unidades de conservação da natureza; e
- IX. Promover e incentivar o turismo.

1.1. Destaques Do Exercício

Em 2023 o Instituto, exercendo o papel de Gestor Operacional, avançou na operação do projeto Florestas do Amanhã, finalizou, conforme contrato, alguns projetos do TCCA (Compensação Ambiental) e outros Instrumentos, e em 13/01/2023, celebrou o IV Termo aditivo ao Acordo de Cooperação nº 01/2017 para gestão do FMA, cujo objeto constitui na prorrogação do prazo de vigência do Acordo supracitado, até 1º de Setembro de 2026, com a finalidade específica de concluir o projeto "Florestas do Amanhã". Contudo, mantemos a mesma receita e equipes mínima e extra para atender ao Projeto Fundo da Mata Atlântica em sua plenitude. Conforme instrução e na continuidade do ato, no decorrer de 2023 a Gestão Operacional do Projeto FMA avançou nas entregas previstas do projeto Florestas do Amanhã, promovendo quase a totalidade do processo de encerramento do portfólio de projetos relacionados ao instrumento TCCA (Compensação Ambiental) e demais instrumentos, exceto TCRF (Restauração Florestal), acatando assim, a determinação SEAS e Procuradoria.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins de lucro, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/1762002(R1), de 2 de setembro de 2015, e NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2024.

b. Base de mensuração e apresentação

As demonstrações contábeis são referentes apenas às operações do CNPJ dessa Filial e estão sendo apresentadas separadas apenas para atender as necessidades da Administração na visualização dos projetos de forma segregada. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e no valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Já o valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional do Instituto.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão são registrados da seguinte forma:

- (a) **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido a débito em conta corrente restrita vinculada aos projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante, sendo apropriados como receitas quando da efetiva contratação das despesas;

- 3.2. (b) **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao crédito do passivo de fornecedores a pagar. O passivo do contrato de gestão é consumido de acordo com a utilização dos recursos em caixa equivalentes de caixa, e o

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

lançamento contábil correspondente é: débito do passivo de projetos vinculados a executar em contrapartida da receita restrita do Contato de Gestão.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros básicos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados inicialmente pelo seu valor justo e mensurados prospectivamente pelo custo amortizado.

b) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração do Instituto não identificou a necessidade de reconhecer eventuais perdas.

3.4. Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

3.5. Caixa e equivalentes de Caixa e equivalentes vinculados

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez (vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contratação), as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.6. Contas a receber

As contas a receber são basicamente oriundas dos contratos firmados e são registradas por seu valor justo.

3.7. Adiantamento a terceiros

Compreendem valores adiantados aos prestadores de serviços por conta de entrega futura de serviços ao Instituto e adiantamento de férias de funcionários.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulante

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

3.9. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido,

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.10. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte - a COFINS, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

3.11. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais são apresentadas conforme nota explicativa nº 9. Todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural, ambiental e educacional das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Banco conta movimento (sem restrição)	50	-
Aplicação financeira (sem restrição)	30	-
	80	-
	31/12/2023	31/12/2022
Banco conta movimento (com restrição)	2	1.326
Aplicação financeira (com restrição)	459.138	521.330
	459.140	522.656

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pelo Instituto que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e estão devidamente divulgados na nota explicativa nº 9.

As aplicações financeiras são em CDB (certificados de depósitos bancários) com rentabilidade entre 98% e 100% do CDI ou em Fundo de investimento em Renda Fixa Longo Prazo com rentabilidade entre 98% e 101% do CDI.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber cliente	-	481
	-	481

6. ADIANTAMENTOS

Representado pelo saldo de adiantamentos de férias e adiantamento para despesa no período, pendentes de prestação de contas até a data de fechamento do balanço. Na rubrica adiantamento despesas de Projetos refere-se ao Fundo Soberano, que é um Fundo de Reserva da Instituição, que está aplicado e que será baixado à medida que for utilizado.

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de férias	2	-
Fundo Soberano	3.364	3.045
	3.366	3.045

7. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
ONG contato - centro de pesquisas e de ações culturais	-	1.306
Instituto Eventos Ambientais - IEVA	-	337
Instituto Terra de Preservação Ambiental	32	96
Senior Sistemas S/A	20	36
Demais fornecedores	15	53
	67	1.828

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias e encargos	166	220
INSS a recolher	28	45
FGTS a recolher	10	17
PIS a recolher	2	-
	206	282

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

9. PROJETOS VINCULADOS A EXECUTAR

Abaixo demonstramos os saldos de Caixa e Projetos a Executar:

2023	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	SALDO FINAL PROJETOS A EXECUTAR
PETROBRAS _INEA/SEAS - CEF AG:0199 CC : 1574-0	434.456	434.456
FUNBUI 004/2016 TAC CEF AG:0199 CC : 1576-6-APLICAÇ	22.042	22.042
PETROBRAS _INEA/SEAS - CEF AG:0199 CC : 1574-0	2.173	2.173
FMA COMPENSAÇÃO SNUC - CEF AG : 0199 CC:1557-0	469	469
Total caixa e equivalentes de caixa (Própria)	459.140	459.140

2022	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	SALDO FINAL PROJETOS A EXECUTAR
PETROBRAS _INEA/SEAS - CEF AG:0199 CC : 1574-0	422.141	422.141
REST. FLORESTAL - CEF AG:0199 CC : 1575-8	46.673	46.673
FMA COMPENSAÇÃO SNUC - CEF AG : 0199 CC:1557-0	35.648	35.648
FMA - CEF AG:0199 CC : 1577-4	12.628	12.628
FUNBIO 004/2016 FIDUCIÁRIO - CEF AG:0199 CC : 1557-7	2.676	2.676
FUNBUI 004/2016 TAC CEF AG:0199 CC : 1576-6-APLICAÇ	1.981	1.981
FUNDO DE DESMOBILIZAÇÃO 13002167-1	909	909
Total caixa e equivalentes de caixa (Própria)	522.656	522.656

A seguir, apresentamos as informações do histórico do Projeto Fundo da Mata Atlântica, que está situado no Rio de Janeiro, bem como a descrição de suas movimentações, informando sobre os recursos recebidos e captados pelo Instituto e os rendimentos financeiros desses recursos, e os montantes utilizados na execução do Projetos.

Fundo da Mata Atlântica

O IDG firmou em 12 de maio de 2017 o Acordo de Cooperação Técnica nº 01/17, com vigência de cinco anos, celebrado com a Secretaria de Estado do Ambiente, que em 2019 teve seu nome alterado para Secretaria do Estado do Ambiente e Sustentabilidade. O Acordo de Cooperação Técnica tem como objeto a operação, manutenção e controle do Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro – Fundo da Mata Atlântica (FMA); instrumento de gestão ambiental para gerir recursos de compensação ambiental, de restauração florestal, além de doações, recursos de Termos de Ajustamento de Conduta e captações de outras fontes, nos termos previstos na Lei Estadual nº 6.572, de 31 de outubro de 2013 com a alteração dada pela Lei Estadual nº 7.061, de 25 de setembro 2015.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

As contas correntes bancárias em nome do IDG possuem um saldo que pertence ao Fundo da Mata Atlântica, Secretaria do Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, porém sob gestão Operacional do IDG.

Durante o período do contrato, o Instituto recebeu aportes de recursos financeiros privados destinados à operacionalização e execução das ações e serviços de projetos ligados ao Fundo da Mata Atlântica do Rio de Janeiro que gira em torno de 58 projetos, dentre eles, os mais relevantes são: Serviços contínuos, Ambiental, Manejo, Obras, Serviços específicos como por exemplo satélite, aquisições simples, veículos, sinalização, restauração florestal. Durante todo o período de operação, desde 2017, o Instituto efetuou um total de pagamentos à fornecedores e prestadores de serviço, na ordem de R\$ 155.000.

Para gestão do Acordo de Cooperação Técnica nº01/17, o IDG recebeu recursos financeiros privados, com fim público, referentes às aprovações de reembolsos de prestações de contas apresentadas, e mantiveram as seguintes fontes de receitas:

- Ressarcimentos provenientes de prestações de contas quinzenais e mensais das fontes TCCA e TCRF;
- Rendimentos de aplicações e ativos financeiros das contas bancárias vinculadas diretamente ao ressarcimento do IDG como gestor Operacional.

Esse montante se refere ao recurso que viabiliza a operacionalização do "IDG Ambiental", como Gestor Operacional do FMA.

Os recursos financeiros, creditados nas contas correntes do FMA dos seus respectivos instrumentos, são provenientes de Termos TCCA (Termo de Compromisso de Compensação Ambiental), TCRF (Termo de Compromisso de Restauração Florestal), entre outros instrumentos, que são firmados entre o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria do Estado do Ambiente e Sustentabilidade e **Empresas**, doravante denominadas "**Compromissadas**" e são contabilizados como receitas com restrição ("CR"), ou seja, estritamente para aplicação nos projetos, pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços dos projetos que o IDG recebe da Câmara de Compensação Ambiental – CCA que faz parte da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS.

Cabe esclarecer que os recursos provenientes de ressarcimento do Instituto como Gestor Operacional do FMA, são pagos pelas contas dos Instrumentos TCCA e TCRF, de acordo com as prestações de contas apresentadas e aprovadas, conforme Acordo de Cooperação nº 01/2017 e contabilizados como receitas sem restrição ("SR"), ou seja, podem ser usados conforme necessidade do Instituto, sem necessidade de prestação de contas posterior e, portanto, sem possibilidade de glosa.

Em setembro de 2020 o IDG recebeu em conta corrente no Banco Bradesco, administrada apenas pelo IDG, o restante do recurso da Petrobrás Comperj conforme TCRF 001/2019 no valor de R\$ 178 para ser investido no Projeto Florestas do Amanhã que foi enviado ao IDG em julho de 2020 a ser iniciado conforme cronograma aprovado entre as partes: IDG e Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Conforme previsto, o projeto Florestas do Amanhã foi iniciado em 2021 com formação de equipe dedicada e análise dos projetos apresentados. Permanecemos com os projetos em andamento do Fundo da Mata Atlântica e novos projetos recebidos. As prestações de contas são elaboradas por Instrumento e entregues conforme periodicidade descrita no Acordo de Cooperação e temos recebido aprovação de todas através de Ofício.

Em 2022 o novo Gestor Financeiro foi estabelecido conforme D.O. e passamos a operar com a Caixa Econômica Federal. Firmamos o aditivo do Acordo de Cooperação prorrogado até 15 de Maio de 2023.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

Em 2023 o Instituto, exercendo o papel de Gestor Operacional, avançou na operação do projeto Florestas do Amanhã, finalizou, conforme contrato, alguns projetos do TCCA (Compensação Ambiental) e outros Instrumentos, e em 13/01/2023, celebrou o IV Termo aditivo ao Acordo de Cooperação nº 01/2017 para gestão do FMA, cujo objeto constitui na prorrogação do prazo de vigência do Acordo supracitado, até 1º de Setembro de 2026, com a finalidade específica de concluir o projeto "Florestas do Amanhã". Contudo, mantemos a mesma receita e equipes mínima e extra para atender ao Projeto Fundo da Mata Atlântica em sua plenitude. Conforme instrução e na continuidade do ato, no decorrer de 2023, a Gestão Operacional do Projeto FMA avançou nas entregas previstas do projeto Florestas do Amanhã, promovendo quase a totalidade do processo de encerramento do portfólio de projetos relacionados ao instrumento TCCA (Compensação Ambiental) e demais instrumentos, exceto TCRF (Restauração Florestal).

A perspectiva para 2024, é de que até o 2º semestre o IDG e SEAS concluam as tratativas relativas aos projetos demandados inicialmente pelo FMA e após, avance na condição de principal Gestor Operacional para o Floresta do Amanhã, adequando equipe necessária, observando, a não remota possibilidade de execução de demais projetos específicos relacionados ao FMA, uma vez que a condição de veto poderá ser suprimida durante o período vigente pelo Órgão Competente.

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
INSS retido na fonte a recolher	29	331
COFINS a recolher	164	232
PIS/COF/CSLL retido na fonte a recolher	14	150
IRRF a recolher	28	64
ISS retido na fonte a recolher	2	-
	237	777

11. PARTES RELACIONADAS

Nos termos do art. 15 c.c art.12, §2º da Lei n. 9.532/1997, por ser associação privada sem fins lucrativos qualificada como organização social na área de cultura, remunera exclusivamente seus dirigentes que atuam direta e efetivamente na gestão executiva do Instituto, com valores que respeitam os valores praticados pelo mercado, sendo o valor fixado pelo seu órgão de deliberação superior.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social do Instituto é constituído de doações e dos superávits e déficits acumulados desde a sua fundação, apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio e o resultado do período ocorrido. Em 31 de dezembro de 2023 o superávit acumulado correspondente ao CNPJ 04.393.475/0005-70 do Fundo da Mata Atlântica está apresentado pelo montante total de R\$ 2.946, afetado pelo superávit do exercício de R\$ 1.892.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

13. RECEITA

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos Governamentais	29.585	75.709
Recursos Captados	6	-
	29.591	75.709

O aumento da receita em 2022 ocorreu, basicamente, em função do aumento da Selic que refletiu diretamente na rentabilidade dos valores aplicados do FMA. Em 2023 houve a redução da receita com rentabilidade de aplicação motivada pela transferência de recursos para outro Gestor Operacional, conforme ofícios recebidos pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS e demonstrado nas movimentações bancárias deste Projeto.

14. DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios	83	207
Salário	440	1.234
Outras com pessoal	657	355
Férias e 13º salário	104	399
Encargos sociais	169	362
Plano saúde/Odontológico	-	60
Total de despesas com restrição	1.453	2.617

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios	99	-
Salário	523	-
Outras com pessoal	760	-
Férias e 13º salário	127	-
Encargos sociais	201	-
Total de despesas sem restrição	1.709	-

A administração realizou, recentemente, uma realocação estratégica dos gastos do projeto, visando uma pulverização mais eficiente dos recursos disponíveis entre Folha e outros gastos com pessoal, utilizando assim, parte dos recursos “sem restrição” para esse fim, também com o objetivo de otimizar a eficiência operacional.

15. SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS

O aumento em Mão de Obra Téc. Especializada (Serviços Especializados) refere-se ao aumento dos serviços de guarda parque (Empresa Atria) para o Projeto Agentes Ambientais (Pelo instrumento Compensação Ambiental) e obras para manutenção das Unidades de Conservação II em 2022. A redução em 2023 refere-se a grande diminuição de Projetos geridos pelo IDG para o FMA, o que impactou em uma redução total da operação.

	31/12/2023	31/12/2022
Mão de obra téc. Especializada	1.640	32.183
Consultoria e assessoria	3.587	4.385
Gestão financeira, contábil e administrativa	251	34
Jurídico	177	1
Limpeza	-	406
Administração/Manutenção	-	1.477
Serviços especializados (obras e conservação)	9.911	621
	15.567	39.107

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

16. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 2022, houve um significativo investimento em tecnologia para modernização do sistema e em comunicação, com ênfase no serviço de monitoramento de cobertura florestal. Em 2023, a redução ocorreu devido à diminuição substancial dos projetos geridos pelo IDG para o FMA, resultando em uma redução total das operações.

	31/12/2023	31/12/2022
Compensação ambiental	-	34.591
Despesas administrativas	611	574
Manutenções	2	1.629
TI/tecnologia	211	257
Comunicação	1	89
Materiais	24	6
	849	37.146

De acordo com o Ofício SEAS/SUBEXE N°742 recebido pelo IDG, esta Administração, em 27 de setembro de 2022, realizou a transferência de R\$ 34.500 para a Conta do novo gestor Operacional de alguns projetos do FMA, Fundação Assistencial e de Apoio à Biodiversidade São Francisco de Assis (SFSA), Ag. 199 Conta 1582-0 (CEF), referente a projetos da Carteira de Compensação Ambiental Estadual.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração de Ativos Financeiros são realizadas de acordo com a Seção 11 – Instrumentos Financeiros Básicos do CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A Seção 11 exige o método do custo amortizado para todos os instrumentos financeiros básicos, exceto para os investimentos em ações preferenciais não conversíveis e ações ordinárias ou preferenciais não resgatáveis, negociadas em mercados organizados ou cujo valor justo possa ser mensurado de forma confiável sem custo ou esforço excessivo.

Os instrumentos financeiros básicos do Projeto são:

- caixa;
- depósitos à vista e a prazo fixo; e
- contas a receber e a pagar;

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se a incapacidade de uma Instituição em cumprir com suas obrigações (sejam elas reais ou percebidas, correntes ou futuras) ameaçando sua saúde financeira ou sua própria existência. A Abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Risco de mercado

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI o certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de liquidez e risco de mercado.

O Instituto apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Instituto, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

18. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2023 e 2022.

19. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração entende que os valores para cobertura de seguros são suficientes para cobrir eventuais riscos de sinistros. Alguns projetos do FMA possuem seguros específicos conforme consta no Termo de Execução dos projetos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

20. RENÚNCIA FISCAL

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/1997.

Considera-se sem fins lucrativos uma Organização que não distribui ou investe/reinveste possível excedente nela própria, mas, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos sociais, desde que atendidas às demais condições.

Assim, o IDG é um Instituto sem fins lucrativos, conforme descrito na nota 1, possuindo isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre eventuais superávits.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos, o seguinte: (a) Programa de Integração Social – PIS – contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS – pagamento integral das contribuições devidas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Projeto Fundo da Mata Atlântica em 31 de dezembro de 2023.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

A perspectiva para o ano de 2024 indica que até o segundo semestre, é previsto que o IDG e a SEAS finalizem as tratativas concernentes aos projetos inicialmente requisitados pelo FMA. Posteriormente, planeja-se progredir para uma posição de principal Gestor Operacional para o FDA, implementando as adaptações necessárias na equipe. Além disso, será considerada a possibilidade de execução de outros projetos específicos relacionados ao FMA, caso a condição de veto seja revogada durante o período vigente pelo Órgão Competente.

22. COMPROMISSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

23. RECEITAS

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados	6.428	6.067
Financeiras	91	100
Outras receitas	-	8
Total de receitas sem restrições	6.519	6.175

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A filial correspondente ao Fundo da Mata Atlântica não possui provisões para contingências classificadas como possíveis ou prováveis a serem informadas.

Rio de Janeiro 22 de maio de 2024

Sérgio Mendes

CPF: 014.254.157-50

Rafael Atalla Moreira

CPF: 125.136.657-08

CRC – RJ - 115.927/O-4



SERGIO
MENDES:01425415750
014.254.157-50

Emitido por: AC
SyngularID Multipla

Data: 25/05/2024



RAFAEL ATALLA
MOREIRA:12513665708
125.136.657-08

Emitido por: AC
Certisign RFB G5

Data: 24/05/2024

Protocolo de assinaturas

Para verificar a(s) assinatura(s) deste documento, realize o scan do código QR abaixo ou acesse

<https://assinatura.projuris.com.br/scad/protocolos/assinaturas>, preencha o código de verificação e clique em "Verificar".



Código de verificação:

8177495a-9706-405f-b9d4-7ba5d3931749

CHAVE:

17A4B330C7574531739E5C00622DB37AB4AAB3E2C203C059D8E5BF4601992475

Atenção! Este documento é uma versão para impressão e não contém as assinaturas digitais e/ou eletrônicas.

Se você está lendo esse documento em uma versão digital, utilizar essa versão para realizar manualmente a verificação das assinaturas não funcionará. Para obter a versão digital deste documento com as assinaturas, siga as instruções acima para realizar a verificação, e clique em "Baixar documento assinado".

Sobre o documento assinado

Detalhes e situação do documento assinado na data 27/05/2024 12:04 (UTC).

Nome do documento: 000_protocolo_assinaturas_RAIFMA_DF2023_RelatorioFinal_assinado(1).pdf

Algoritmo: SHA256

Hash: E30EF67455D2FD5333C8FEE6BFD9F7845C748B6F54497FE534E59317FC88BCA4

Situação geral: Todas as assinaturas deste documento estão válidas.

- ✓ O documento é autêntico e não foi adulterado.
- ✓ Todos os certificados dos assinantes são válidos.
- ✓ As identidades dos assinantes foram reconhecidas.
- ✓ A assinatura deste documento segue o padrão PDF
- ✓ As datas das assinaturas são confiáveis

Sobre os assinantes

Detalhes e situações dos assinantes deste documento na data 27/05/2024 12:04 (UTC).

RAFAEL ATALLA MOREIRA:12513665708

- **Data da assinatura:** 24/05/2024 09:21 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
 - **Tipo do certificado:** A1
 - **Emitido por:** RAFAEL ATALLA MOREIRA:12513665708
 - **Validade:** 06/07/2023 08:07 (UTC) - 05/07/2024 08:07 (UTC)
- **Situação:**
 - ✓ Assinatura íntegra
 - ✓ Certificado válido
 - ✓ Identidade reconhecida
 - ✓ Assinatura Eletrônica Qualificada
 - ✓ A assinatura esta de acordo com a sua política
 - ✓ Carimbo válido
- **Carimbos:**
 - **Carimbo do Tempo de Assinatura**
 - **Data e hora:** 24/05/2024 09:21 (UTC)

- **Emitido por:** SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT BRy 50151
- **Situação:** Válido

Rafael Atalla Moreira

- **Data da assinatura:** 24/05/2024 09:21 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Evidências:**
 - **IP:** 177.17.29.159
 - **Email:** rafael.atalla@mcsmarkup.com.br

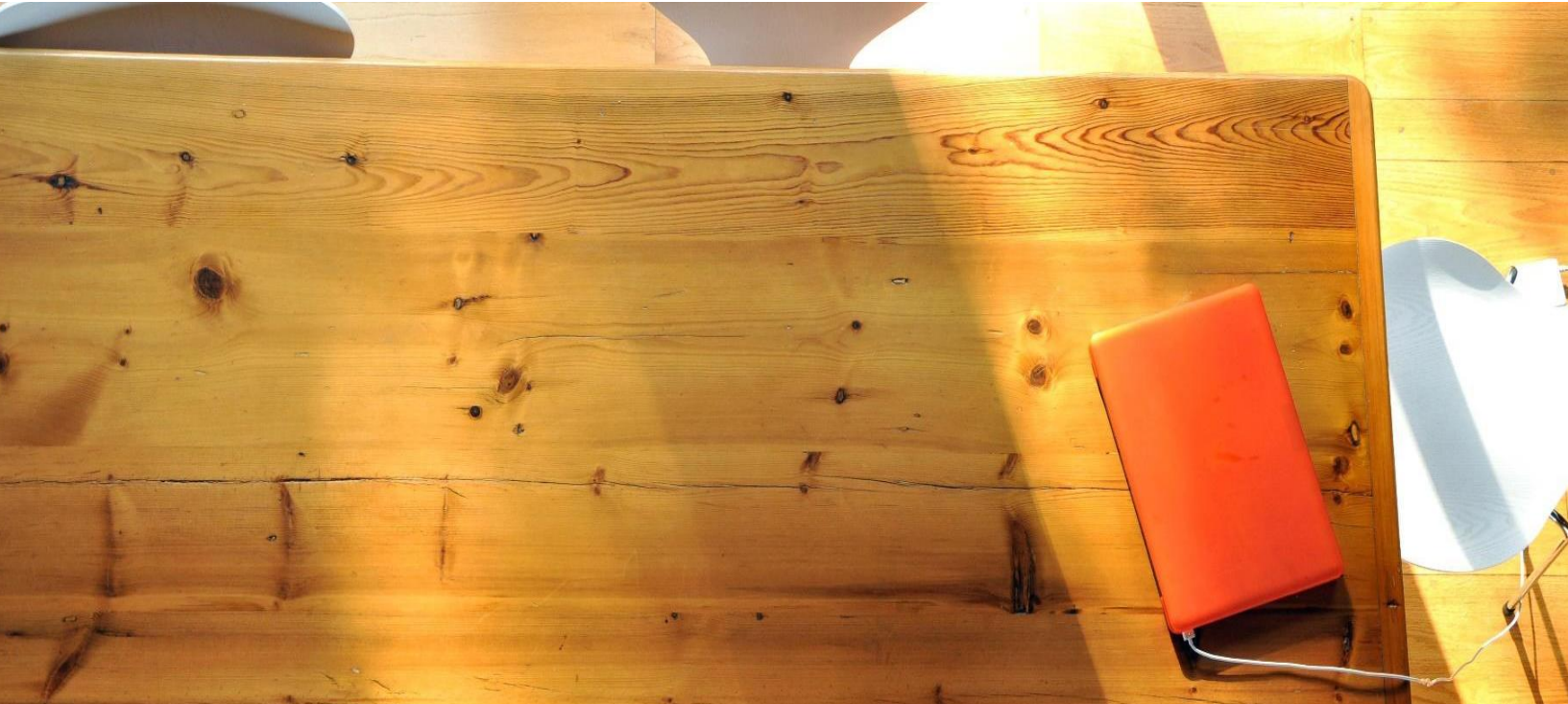
Sergio Mendes

- **Data da assinatura:** 25/05/2024 01:01 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Evidências:**
 - **IP:** 179.214.113.178
 - **Email:** sergio.mendes@idg.org.br
 - **Geolocalização:** -15.7908992, -47.8838784

SERGIO MENDES:01425415750

- **Data da assinatura:** 25/05/2024 01:01 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
 - **Tipo do certificado:** A1
 - **Emitido por:** SERGIO MENDES:01425415750
 - **Validade:** 15/05/2024 07:46 (UTC) - 15/05/2025 07:46 (UTC)
- **Situação:**
 -  Assinatura íntegra
 -  Certificado válido
 -  Identidade reconhecida
 -  Assinatura Eletrônica Qualificada
 -  A assinatura esta de acordo com a sua política
 -  Carimbo válido
- **Carimbos:**
 - **Carimbo do Tempo de Assinatura**
 - **Data e hora:** 25/05/2024 01:01 (UTC)
 - **Emitido por:** SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT BRy 50110
 - **Situação:** Válido

ANEXO III



**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG PROJETO FUNDO DA MATA
ATLÂNTICA - FMA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2024
Com o relatório dos auditores independentes**

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG PROJETO FUNDO DA MATA ATLÂNTICA - FMA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2024

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 3

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores
Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG
Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA (“Projeto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG Projeto Fundo da Mata Atlântica – FMA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Projeto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção para as notas explicativas nº 2 e nº 3, que detalham a base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de auxiliar a Administração na visualização segregada das operações do projeto em 31 de dezembro de 2024. Essas demonstrações financeiras não devem ser utilizadas para outros fins. Este relatório é destinado exclusivamente às partes especificadas e não devem ser distribuídos a terceiros. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, em decorrência de ajustes para a correção de erros identificados referente ao exercício anterior, determinados valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados conforme previsto pela *NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas – Seção 10 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, examinamos também os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras do exercício anterior. Concluimos que tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de maio de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Projeto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Projeto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Projeto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Projeto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Projeto.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Projeto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Projeto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2025.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1

**DIEGO DEL
MASTRO**
MONTEIRO:3890
2980871

Assinado de forma digital
por DIEGO DEL MASTRO
MONTEIRO:38902980871
Dados: 2025.03.13
08:38:35 -03'00'

Diego Del Mastro Monteiro
CRC-1SP302957/O-3

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

Ativo	Nota	2024	2023 (Reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	109.591	459.220	Fornecedores	6	45	68
Adiantamentos		-	3	Obrigações trabalhistas	7	154	206
Tributos a compensar		5	1	Obrigações tributárias	9	62	237
Depósito caução		12	12	Projetos a executar	8	108.914	459.140
		109.608	459.236			109.175	459.651
				Patrimônio social	10		
				Superávit (déficit) acumulados		433	(415)
						433	(415)
Total do ativo		109.608	459.236	Total do passivo e patrimônio líquido		109.608	459.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Nota	2024	2023
Recursos governamentais - Contrato de gestão	11	10.446	29.585
Recursos captados	11	-	6
Total das receitas com restrições		10.446	29.591
Despesas com restrições			
Despesas com pessoal	12	(12)	(1.453)
Serviços prestados por terceiros	13	(1.471)	(13.498)
Despesas gerais e administrativas	14	(2)	(24)
Impostos, taxas e contribuições	15	(8.958)	(14.608)
Despesas financeiras		(3)	(5)
Imobilizados destinados a projetos		-	(3)
Total das despesas com restrições		(10.446)	(29.591)
Resultado das atividades com restrições		-	-
Receitas sem restrições			
Serviços prestados	11	4.726	6.428
Receitas financeiras	11	80	91
Total das receitas sem restrições		4.806	6.519
Despesas sem restrições			
Despesa com pessoal	12	(2.774)	(1.709)
Serviços prestados por terceiros	13	(665)	(2.069)
Despesas gerais e administrativas	14	(511)	(825)
Impostos, taxas e contribuições	15	(6)	(18)
Despesas financeiras		(2)	(5)
Total das despesas sem restrições		(3.958)	(4.626)
Resultado das atividades sem restrições		848	1.893
Superávit do exercício		848	1.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superavit do exercício	848	1.893
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	848	1.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

Descrição	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(2.308)	(2.308)
Superávit do exercício	1.893	1.893
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(415)	(415)
Superávit do exercício	848	848
Saldos em 31 de dezembro de 2024	433	433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	848	1.893
Variação em ativos e passivos operacionais		
(Aumento) redução em contas a receber	-	481
(Aumento) redução em adiantamentos	3	(324)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(5)	3
(Aumento) redução em transferências	-	410
(Aumento) redução em depósito caução	-	(2)
Aumento (redução) em fornecedor	(22)	(1.764)
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	(50)	(78)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(176)	(538)
Aumento (redução) em transferências	-	(3)
Caixa gerado nas atividades operacionais	598	78
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Contrato de gestão/leis de incentivos	(350.227)	(63.514)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(350.227)	(63.514)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(349.629)	(63.436)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	459.220	522.656
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	109.591	459.220
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(349.629)	(63.436)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

1. Contexto operacional

O IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão ("Instituto") é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, regido pelo seu Estatuto e pelas disposições aplicáveis a este tipo de associação privada, com sede na Avenida Rio Branco, número 01, sala 2010, Centro, Rio de Janeiro, constituída em abril de 2001 e qualificada atualmente como organização social no âmbito da cultura, meio ambiente e educação pelos Governos dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e pelos Municípios de Recife, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O IDG – Instituto de Desenvolvimento e Gestão surgiu há quase 24 anos com a missão de desenvolver o potencial de pessoas e organizações por meio das artes, da cultura, da educação e do meio ambiente, sempre orientado pelas melhores práticas de Governança Corporativa Internacional. Possui sólida experiência em modelagem de projetos, captação e gestão de recursos públicos e privados, além de execução e curadoria de produtos culturais e educativos, além de ser signatário do Pacto Global da ONU: a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo que fornece diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras.

O Projeto tem por finalidades sociais: a) organizar, manter e desenvolver a cultura, a educação e a instrução, em todos os seus níveis e graus, nos termos dos princípios consignados na legislação respectiva; b) contribuir para o desenvolvimento da cultura, da pesquisa científica, da tecnologia e ensino no Brasil; c) contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, através do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira inspirada nos princípios, morais, cívicos e democráticos; d) realização ou participação de congressos, seminários, conferências, excursões e reuniões com finalidades educacionais, culturais e sociais.

1.1 PROJETO FUNDO DA MATA ATLÂNTICA – FMA – 04.393.475/0005-70

A seguir, apresentamos o contrato em andamento no exercício, vinculado ao CNPJ 0005-70, sua natureza contratual, bem como suas características e a descrição de suas operações.

FUNDO DA MATA ATLÂNTICA – ACORDO DE COOPERAÇÃO - Nº 01/17

Em maio/2017, o Instituto celebrou o Acordo de Cooperação Técnica nº 01/17, com a Secretaria de Estado do Ambiente "SEA", que em 2019 teve seu nome alterado para Secretaria do Estado do Ambiente e Sustentabilidade "SEAS", com vigência de cinco anos, até maio/2022, tendo como objeto ser o Gestor Operacional para manutenção e controle do Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro – Fundo da Mata Atlântica (FMA); instrumento de gestão ambiental para gerir recursos de compensação ambiental, de restauração florestal, além de outros instrumentos como doações, recursos de Termos de Ajustamento de Conduta e captações de outras fontes, nos termos previstos da Lei Estadual nº 7.061.

Para esta gestão, o Instituto passou a gerir contas correntes junto ao *Gestor Financeiro* do Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro – Fundo da Mata Atlântica (FMA), atualmente a *Caixa Econômica Federal*, que detém os recursos financeiros privados, com fim público.

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

As prestações de contas são elaboradas por Instrumento e entregues quinzenal, mensal e trimestralmente, conforme periodicidade descrita no Acordo de Cooperação, e há a formalização da aprovação de todas as prestações de contas através de Ofício.

Em jan/2023, foi deliberado pela Procuradoria-Geral da República, a renovação do Projeto Florestas do Amanhã através da publicação no Sistema da “SEAS” – SEI/ERJ – 46463178, e em abril/2023, foi publicado no Diário Oficial da União o 4º Termo Aditivo do Acordo de Cooperação nº 01/2017, prorrogando-o até 01 de setembro de 2026, com a finalidade de concluir o Projeto Florestas do Amanhã.

Em ago/2024, o Instituto recebeu o Ofício da SEAS nº 648, SEI/ERJ – 76672047, determinando a transferência no total de R\$ 370 milhões da conta corrente do IDG-FMA para a Fundação São Francisco de Assis, outro gestor operacional do Mecanismo FMA. com isso as receitas financeiras reduziram sensivelmente, o que não afeta o caixa do IDG, uma vez que esses recursos pertencem a SEAS e estão apenas sendo administradas pelo IDG e constam no balanço devido às contas estarem no CNPJ do Instituto.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo as disposições da Resolução do CFC nº 2015/ITG2002 (R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem finalidade de lucros”.

As demonstrações financeiras são referentes apenas às operações do CNPJ dessa Filial e estão sendo apresentadas separadas apenas para atender as necessidades da Administração na visualização do Projeto Fundo da Mata Atlântica de forma segregada.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração do Projeto em 10 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Projeto. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo princípio da competência.

3.2 Instrumentos financeiro

O Projeto opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) e fornecedores (Nota 6), todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição de riscos de crédito, de taxa de juros e de moeda, quando possível e aplicável. Os instrumentos financeiros estão classificados como mensurado subsequentemente ao custo amortizado.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

3.3 Redução ao valor recuperável

Os ativos são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Administração da Entidade efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não existem indicadores internos ou externos de desvalorização.

3.4 Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez (vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contratação), as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

3.7 Fornecedores

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos de tais passivos, acrescido das variações cambiais, quando aplicável, incorridas até a data do balanço.

3.8 Obrigações trabalhistas

Obrigações com pessoas são valores devidos por conta de serviços prestados por pessoal interno, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Os encargos trabalhistas são montantes devidos por conta de pagamentos a prestadores e/ou a pessoal interno, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.9 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Projeto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido,

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte, a COFINS sobre rentabilidade de aplicação financeira, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) quando aplicáveis, além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

4. Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

Atendendo aos requisitos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas – Seção 10 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Entidade preparou a reapresentação e reclassificação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, que estão identificadas com a nomenclatura “Reapresentado”. No exercício de 2024, a Entidade realizou um levantamento de suas correções, conforme abaixo:

Ativo	Ref.	31.12.2023 Reapresentado	Ajuste	31.12.2023 Anteriormente apresentado
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa		459.220	-	459.220
Adiantamentos	(a)	3	(3.364)	3.367
Tributos a compensar		1	-	1
Depósito caução		12	-	12
		459.236	(3.364)	462.600
Total do ativo		459.236	-	462.600

Passivo e patrimônio social	Ref.	31.12.2023 Reapresentado	Ajuste	31.12.2023 Anteriormente apresentado
Circulante		459.651	-	459.651
Total do patrimônio social	(a)	(415)	(3.364)	2.949
		(415)	(3.364)	2.949
Total do passivo e patrimônio social		459.236	(3.364)	462.600

(a) Ajuste decorrente de erro identificado de período anterior para equalização da apresentação dos valores devidos junto ao Projeto Fundo Mata Atlântica e a Matriz.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Caixa e equivalente de caixa - SR	2024	2023
Caixa	-	-
Banco conta movimento - SR	325	50
Aplicações financeiras - SR	352	30
Total de caixa e equivalente de caixa	677	80
b) Caixa e equivalente de caixa - CR		
Banco conta movimento - CR	2	1
Aplicações financeiras - CR	108.912	459.139
Total de caixa e equivalente de caixa - CR	108.914	459.140
	109.591	459.220

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

As aplicações financeiras são em moeda nacional, de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

6. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais	45	68
	45	68

7. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Provisão de férias e encargos	124	166
INSS a recolher	20	28
FGTS a recolher	9	10
PIS sobre folha de a recolher	1	2
	154	206

8. Projetos vinculados a executar

	Caixas e equivalentes de caixa	Saldo final dos projetos a executar
Descrição – 2024		
PETROBRAS INEA/SEAS - CEF AG:0199 CC: 1574-0	105.604	105.604
FUNBUI 004/2016 TAC CEF AG:0199 CC: 1576-6- APLICAÇ	2.347	2.347
CDB AMBIENTAL FUNDO DE DESMOBILIZAÇÃO	520	520
FMA COMPENSAÇÃO SNUC - CEF AG: 0199 CC:1557-0	443	443
Total caixa e equivalentes de caixa (Própria)	108.914	108.914

	Caixas e equivalentes de caixa	Saldo final dos projetos a executar
Descrição – 2023		
PETROBRAS INEA/SEAS - CEF AG:0199 CC: 1574-0	434.456	434.456
FUNBUI 004/2016 TAC CEF AG:0199 CC: 1576-6- APLICAÇ	22.042	22.042
PETROBRAS INEA/SEAS - CEF AG:0199 CC: 1574-0	2.173	2.173
FMA COMPENSAÇÃO SNUC - CEF AG: 0199 CC:1557-0	469	469
Total caixa e equivalentes de caixa (Própria)	459.140	459.140

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, em fevereiro de 2025 houve a devolução de R\$ 330 milhões pela Fundação São Francisco de Assis – FSFA ao IDG, conforme ofício (03/2025) enviado à Secretaria do Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, para gestão do Projeto Florestas do Amanhã.

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

9. Obrigações tributárias

	2024	2023
Irrf a recolher	10	29
Pis/Cof/Csll Retido na fonte a recolher	6	14
Cofins a recolher	40	163
Inss retido na fonte a recolher	4	29
Iss retido na fonte a recolher	2	2
	62	237

10. Patrimônio social

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos desde a data da constituição do Projeto. Se o Projeto vier a ser dissolvido, por impossibilidade de funcionamento, a critério da Assembleia Geral, destinará o seu eventual patrimônio remanescente, após a restituição dos bens doados aos associados doadores e fundadores, a entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou qualquer outro que vier a substituí-lo.

11. Receita

Com restrição	2024	2023
Recursos governamentais	10.446	29.585
Recursos captados	-	6
	10.446	29.591
Sem restrição	2024	2023
Serviços prestados	4.726	6.428
Financeiras	80	91
	4.806	6.519

12. Despesas com pessoal

	2024	2023
Salário	746	963
Encargos sociais	304	370
Benefícios	126	182
Férias e 13º salário	141	231
Outras com pessoal	1.469	1.416
	2.786	3.162

13. Serviços prestados por terceiros

	2024	2023
Mão de obra téc. Especializada	-	1.640
Consultoria e assessorial	482	3.587
Gestão financeira, contábil e administrativa	131	251
Jurídico	311	177
Serviços especializados (obras e conservação)	1.212	9.912
	2.136	15.567

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

14. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas administrativas	353	611
Manutenções	-	2
TI/tecnologia	137	211
Comunicação	22	1
Materiais	1	24
	513	849

15. Impostos, taxas e contribuições

	2024	2023
IR sobre aplicação financeira	7.570	12.243
Cofins	1.394	2.379
Outras despesas tributárias	-	4
	8.964	14.626

16. Voluntariado

Atendendo à resolução nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) "Entidades sem fins de lucros", que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pelo Projeto durante os exercícios de 2024 e de 2023, onde as receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício da Matriz em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

Menciona-se a aplicação para fins de padronização do conceito utilizado em toda entidade. O projeto a que se refere esta demonstração não possui trabalho voluntário dedicado a ser divulgado.

Por definição estatutária o Projeto não remunera, a qualquer título, os seus conselheiros.

17. Contingências

O Projeto no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, ou cível, para as quais constitui provisão quando aplicável, com base nas estimativas de seus assessores jurídicos. Não existem processos com probabilidade de perda provável, dessa forma, não há qualquer registro nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Em 31 de dezembro de 2024, com base nas estimativas feitas pelos assessores jurídicos, a entidade possui processos cíveis classificados como risco de perda possível no montante de R\$ 568.

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

18. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e nas associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais do Projeto, desde que atendidas as demais condições legais.

O Projeto enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades do Projeto, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o Programa de Integração Social – PIS – contribuição de 1% incidente sobre a folha de pagamentos.

As declarações de rendimentos do Projeto estão sujeitas à revisão e aceitação pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

19. Gerenciamento de risco

A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito; e
Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Projeto para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Projeto.

A Administração do Projeto tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Projeto.

Projeto Fundo da Mata Atlântica - FMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco do Projeto incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente da conta de Caixa e equivalentes de caixa.

Para o Caixa e equivalentes de caixa o Projeto mitiga o risco se relacionando apenas com as principais instituições financeiras do país.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Projeto poderia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Projeto.

O Projeto utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e a otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros, monitorando também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre seus ativos junto com as saídas esperadas por de seus passivos.

20. Cobertura e seguros (Não auditado)

O Projeto mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração do Projeto e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2025 houve a devolução de R\$ 330 milhões pela Fundação São Francisco de Assis – FSFA ao IDG, conforme ofício (03/2025) enviado à Secretaria do Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, para gestão do Projeto Florestas do Amanhã.

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a administração do Projeto fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram demais fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação



SERGIO
MENDES:01425415750
014.254.157-50

Emitido por: AC
SyngularID Multipla

Data: 13/03/2025



RAFAEL ATALLA
MOREIRA:12513665708
125.136.657-08

Emitido por: AC
Certisign RFB G5

Data: 13/03/2025

Protocolo de assinaturas

Para verificar a(s) assinatura(s) deste documento, realize o scan do código QR abaixo ou acesse <https://assinatura.projuris.com.br/scad/protocolos/assinaturas>, preencha o código de verificação e clique em "Verificar".



Código de verificação:
857bc9fc-46df-4610-aebb-1463800aeaaa

CHAVE:
A2B8273C3F585CC7D4039E5A5E8613E46853BD35BD0FDA8E6FEC607FB9CACCF4

Atenção! Este documento é uma versão para impressão e não contém as assinaturas digitais e/ou eletrônicas.

Se você está lendo esse documento em uma versão digital, utilizar essa versão para realizar manualmente a verificação das assinaturas não funcionará. Para obter a versão digital deste documento com as assinaturas, siga as instruções acima para realizar a verificação, e clique em "Baixar documento assinado".

Sobre o documento assinado

Detalhes e situação do documento assinado na data 13/03/2025 02:36 (UTC).

Nome do documento: 005_protocolo_assinaturas_05.DFs2024_IDG_FMA.pdf

Algoritmo: SHA256

Hash: AD700F7DF1CAE2698ADCE2CFA0304C66579BD656EAA43CC7E4EA5D26CD1E42F6

Situação geral: Todas as assinaturas deste documento estão válidas, porém uma ou mais assinaturas requerem sua atenção.

- ✓ O documento é autêntico e não foi adulterado.
- ✓ Todos os certificados dos assinantes são válidos.
- ✓ As identidades dos assinantes foram reconhecidas.
- ✓ A assinatura deste documento segue o padrão PDF
- ⚠ Uma ou mais datas não são certificadas

Sobre os assinantes

Detalhes e situações dos assinantes deste documento na data 13/03/2025 02:36 (UTC).

DIEGO DEL MASTRO MONTEIRO:38902980871

- **Data da assinatura:** 13/03/2025 11:38 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
 - **Tipo do certificado:** A1
 - **Emitido por:** DIEGO DEL MASTRO MONTEIRO:38902980871
 - **Validade:** 17/10/2024 02:41 (UTC) - 17/10/2025 02:41 (UTC)
- **Situação:**
 - ✓ Assinatura íntegra
 - ✓ Certificado válido
 - ✓ Identidade reconhecida
 - ✓ Assinatura Eletrônica Qualificada
 - ✓ A assinatura esta de acordo com a sua política
 - ⚠ Não utiliza Carimbo do Tempo

RAFAEL ATALLA MOREIRA:12513665708

- **Data da assinatura:** 13/03/2025 01:48 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
 - **Tipo do certificado:** A1
 - **Emitido por:** RAFAEL ATALLA MOREIRA:12513665708
 - **Validade:** 14/06/2024 02:56 (UTC) - 14/06/2025 02:56 (UTC)
- **Situação:**
 -  Assinatura íntegra
 -  Certificado válido
 -  Identidade reconhecida
 -  Assinatura Eletrônica Qualificada
 -  A assinatura esta de acordo com a sua política
 -  Carimbo válido
- **Carimbos:**
 - **Carimbo do Tempo de Assinatura**
 - **Data e hora:** 13/03/2025 01:48 (UTC)
 - **Emitido por:** SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT BRy 50110
 - **Situação:** Válido

Rafael Atalla Moreira

- **Data da assinatura:** 13/03/2025 01:48 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Evidências:**
 - **IP:** 200.201.181.226
 - **Email:** rafael.atalla@mcsmarkup.com.br

SERGIO MENDES:01425415750

- **Data da assinatura:** 13/03/2025 02:33 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
 - **Tipo do certificado:** A1
 - **Emitido por:** SERGIO MENDES:01425415750
 - **Validade:** 26/02/2025 04:37 (UTC) - 26/02/2026 04:37 (UTC)
- **Situação:**
 -  Assinatura íntegra
 -  Certificado válido
 -  Identidade reconhecida
 -  Assinatura Eletrônica Qualificada
 -  A assinatura esta de acordo com a sua política
 -  Carimbo válido
- **Carimbos:**
 - **Carimbo do Tempo de Assinatura**
 - **Data e hora:** 13/03/2025 02:33 (UTC)
 - **Emitido por:** SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT BRy 50110
 - **Situação:** Válido

Sergio Mendes

- **Data da assinatura:** 13/03/2025 02:34 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Evidências:**
 - **IP:** 177.26.94.240
 - **Email:** sergio.mendes@idg.org.br

